



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90018/2026	
OBJETO	Formação de registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, para eventual aquisição de material de consumo de consumo de informática, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos integrantes.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 08h do dia 16 de junho até às 14h29 do dia 29 de junho de 2026 , no sítio www.gov.br/compras (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
ABERTURA DAS PROPOSTAS	As propostas serão abertas no sítio www.gov.br/compras (UASG 070024), às 14h30 do dia 29 de junho de 2026 . A sessão pública será operada sistema no ComprasGov, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
ENDEREÇO DO TRE-RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2000/2165/2082 Internet: https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026 .
PREGOEIROS	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA LUCAS SOUZA CASTRO RODRIGO KATIBONE HOLANDA E-MAIL: licitacao@tre-ro.jus.br



SUMÁRIO

1. PREÂMBULO.....	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	5
5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	7
6. DA FASE DE LANCES	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	11
8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP	18
11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO	19
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO RESERVA	20
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA, DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO	21
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90018/2026
PROCESSO Nº 0000510-77.2025.6.22.8000

1. PREÂMBULO

1.1. A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº 24/2026, expedida pela Direção-Geral deste Tribunal, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por item, na forma de fornecimento parcelado, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133/21, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e nº 11.462/2023, e pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2023, além do previsto no Termo de Referência e demais anexos integrantes deste edital.

1.3. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no ComprasGov (www.gov.br/compras), por meio do Portal de Compras do Governo Federal, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, **às 14h30 do dia 29 de junho de 2026**.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. O edital estará disponível a partir das **08h do dia 16 de junho de 2026**:

a) no sítio da internet: www.gov.br/compras (UASG 070024);

b) no sítio da internet:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>.

c) mediante **solicitação formal** pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos deste edital e seus anexos ou impugná-lo no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame.

2.2.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2.2. O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

2.2.3. Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial no portal de transparência deste Tribunal, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço www.gov.br/compras (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever dos licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

2.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a formação de registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, para eventual aquisição de material de consumo de informática, a fim de atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos integrantes, abaixo resumido:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT TRE-RO	QUANT SRPF-RO	QUANT TOTAL
1	Alicate de crimpar profissional para RJ45/RJ11/RJ12	Unidade	20	-	20
2	Alicate de crimpagem EZ para cabos CAT7, tipo vazado	Unidade	20	-	20
3	Alicate decapador de cabo UTP RJ45	Unidade	10	-	10
4	Adaptador DisplayPort macho para HDMI fêmea	Unidade	100	-	100
5	Adaptador DVI macho para HDMI fêmea	Unidade	100	-	100
6	Adaptador DisplayPort macho para DVI fêmea	Unidade	50	-	50
7	Adaptador DisplayPort macho para VGA fêmea	Unidade	50	20	70
8	Adaptador conversor USB 3.0 para VGA	Unidade	30	-	30
9	Adaptador de rede USB Tipo-C para RJ45 Ethernet	Unidade	50	-	50
10	Adaptador de rede USB para RJ45 Ethernet	Unidade	50	-	50
11	Adaptador para SSD M.2 SATA	Unidade	20	-	20
12	Cabo de rede CAT6 (caixa com 305 metros)	Cx. 305m	15	-	15
13	Cabo HDMI 2.1 Ultra High Speed – 2 m	Unidade	100	50	150
14	Cabo HDMI 2.0 4K HDR – 10 m	Unidade	20	-	20
15	Cabo HDMI 2.0 4K Ultra HD – 15 m	Unidade	20	-	20
16	Cabo extensor USB – 1,5 a 3 m	Unidade	100	-	100
17	Conector de rede RJ45 para cabo CAT6	Unidade	500	-	500
18	Keystone jack CAT6	Unidade	50	-	50
19	Mouse óptico USB	Unidade	150	70	220
20	Mouse ergonômico vertical	Unidade	100	-	100
21	Mousepad tipo gamer	Unidade	200	-	200
22	Teclado sem fio padrão corporativo ABNT2	Unidade	150	70	220
23	Teclado ergonômico	Unidade	200	-	200
24	Teclado ergonômico com apoio de pulso	Unidade	80	-	80
25	Webcam Full HD 1080p	Unidade	170	-	170
26	Headset estéreo com microfone	Unidade	250	100	350
27	Fone de ouvido tipo headphone	Unidade	150	-	150
28	Fone de ouvido descartável	Unidade	5.000	-	5.000
29	HD externo portátil	Unidade	100	-	100
30	Pen drive USB 32 GB	Unidade	150	-	150
31	Módulo de memória RAM DDR5	Unidade	50	-	50
32	Hub USB 3.0 – 4 portas – 5 Gbps	Unidade	200	-	200

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos nos anexos integrantes deste edital, em especial o Termo de Referência, que define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

3.3. Havendo divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASGOV, prevalecerá a estabelecida no Termo de Referência.

3.4. Integram o registro de preços:

- Na condição de Órgão Gerenciador: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (UASG 070024).
- Na condição de Órgão Partícipe: Superintendência Regional da Polícia Federal de Rondônia – SRPF-RO (UASG 200378).



3.4.1. Compete aos órgãos gerenciador e partícipe, nessa condição, as atribuições previstas no Decreto 11.462/2023.

3.5. Locais e condições de entrega:

I) Órgão Gerenciador: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

Os bens deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 9h às 17h, na Seção de Almoxarifado - SEALM, Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76.805-901. Telefone para agendamento: (069) 3211-2268/2051/2278/2092.

II) Órgão Partícipe: Superintendência Regional da Polícia Federal de Rondônia – SRPF-RO:

Av. Lauro Sodré Nº 2905, B. Nacional - Porto Velho/RO. Telefone: (69) 3216-6202.

E-MAIL: selog.srro@pf.gov.br

3.6. As despesas decorrentes da eventual contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste Tribunal (órgão gerenciador) e da SRPF-RO (órgão partícipe).

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação, em exclusividade, as empresas do ramo enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/06.

4.1.1. Observado o item 4.1, poderão participar desta licitação as empresas que:

- a) estejam previamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, disponível em, www.gov.br/compras e no Sistema de Compras do Governo Federal.
- b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

4.1.2. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio e a participação de profissionais reunidos em regime de cooperativa, observadas as condições previstas neste edital e na legislação correlata.

4.2. O acesso do licitante ao sistema comprasnet, bem como a sua manutenção, dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para participação em licitações eletrônicas, ou, em sua ausência, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.2.1. Após o cadastro no sistema unificado, o fornecedor deverá se cadastrar no sistema “Comprasnet” para participar das licitações eletrônicas.

4.2.2. O credenciamento perante o provedor do sistema e sua utilização implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para operacionalização e realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2.3. Incumbirá à licitante acompanhar o certame e as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da ação, omissão, desconexão ou perda de negócios por inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema.



4.2.4. A guarda, manutenção e utilização da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não cabe ao provedor do sistema ou ao TRE-RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de operações equivocadas ou uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. A verificação de que o licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

4.4. A manifestação do licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

4.5. No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015, consistindo em:

- a) participação exclusiva para ME/EPP;
- b) habilitação fiscal/trabalhista tardia.

4.5.1. Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, o licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar, sob as penas da lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido referido no item 4.5, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.2. A declaração do licitante, na forma prevista no item 4.5.1, caracteriza a manifestação expressa de que o licitante não possui, no ano-calendário de realização da licitação, contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme o § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.3. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se o licitante declarante está devidamente enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5.4. Será prioritária a aquisição dos produtos das cotas reservadas, se houver, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4.5.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, se houver, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada, se houver, e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.6. Não poderão participar deste pregão eletrônico os potenciais licitantes enquadrados em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) não cumpram os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c) que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente;

- e) em cumprimento de penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União ou deste Tribunal;
- f) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto durarem seus efeitos;
- g) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU – inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/92);
- h) empresas que, por decisão judicial, estejam proibidas de contratar com o Poder Público.
- i) estrangeiras não autorizada a funcionar no País;
- j) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- k) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- l) pessoa física.

4.6.1. O impedimento de que trata as alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “j” do item 4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE-RO, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.7.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e o licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários, salvo se a empresa contratada tenha, na condição de sócio cotista, servidor do órgão contratante sem capacidade para influenciar o resultado da licitação e sem atribuições ligadas à gestão ou à fiscalização do contrato.

4.8. O Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e
- c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.
- d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.6 e 4.7 deste edital.

5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

5.1. Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico www.gov.br/compras (UASG 070024), os interessados deverão apresentar propostas, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

5.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

5.2. A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

5.2.1. A proposta registrada no Sistema ComprasGov deverá conter:

- a) a descrição do objeto;
- b) a marca e o modelo do objeto ofertado;
- c) os preços unitário e total, ofertados em moeda corrente nacional.

5.2.2. Constitui **ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA** a apresentação de:

- a) Proposta comercial e DECLARAÇÃO, em conformidade com o ANEXO I;
- b) **Exclusivamente para os itens 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 29 do objeto:** Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF IBAMA), vigente e válido, do fabricante de cada um dos produtos ofertados para esses itens.

5.2.3. A quantidade máxima a ser adquirida corresponde ao quantitativo total do objeto.

5.2.4. Não será permitida a oferta de proposta com quantitativo inferior ao quantitativo máximo do objeto e, conseqüentemente, não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes por um mesmo licitante.

5.2.5. Quando do cadastramento da proposta, poderá o sistema permitir ao licitante parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo, observada a necessidade de conhecimento acerca do funcionamento do sistema e das regras correlatas, bem como a responsabilidade acerca valores parametrizados cadastrados.

5.3. Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

5.3.1. A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM**, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

5.4. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

5.4.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos, não sendo considerados pleitos de ajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento/serviço ser realizado sem ônus adicionais.



5.5. Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

- a)** no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;
- b)** no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação do objeto e da proposta.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.

5.7. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data da abertura da Sessão Pública.

5.7.1. Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final.

5.7.2. Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

5.7.3. O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.7.4. Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

5.7.5. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6. DA FASE DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mantendo-se em sigilo a identificação do licitante ofertante.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **PREÇO UNITÁRIO** de cada item, em moeda corrente nacional.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação aos lances que cobrirem a melhor oferta.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

6.3.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3.2. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.



6.6. Será adotado o **modo de disputa aberto**, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

6.6.1. Após o prazo do item 6.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período inicial de duração da etapa.

6.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.6.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta.

6.7. Encerrada a etapa de lances, estes serão ordenados pelo sistema e divulgados na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8.1. Quando, porém, a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema ComprasGov.

6.9. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

6.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na lei 14.133/21.

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.10.1. A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes depende de regulamentação, que poderá ser utilizada desde que o ato seja editado e esteja vigente e em vigor até o momento da abertura do certame.

6.10.2. Na forma do art. 5º do Decreto Federal nº 11.430/2023 o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho poderá ser adotado como critério de desempate, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021

6.10.2.1. A forma e os critérios de comprovação de desenvolvimento de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho são as definidas na Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 382, de 17/09/2025, sendo as ações divididas em três níveis:

I – ações de nível ouro;

II – ações de nível prata; e



III – ações de nível bronze.

6.10.3. Na forma do art. 60, IV, da Lei nº 14.133/2021 o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade poderá ser adotado como critério de desempate.

6.10.3.1. Quando solicitado pelo Pregoeiro, o Licitante apresentará comprovação de implementação do programa de integridade (art. 4º, II, do Decreto 12.304/2024).

6.10.4. Para fazer jus aos critérios de desempate previstos nos incisos III e IV do item 6.10 acima, o licitante apresentará declaração no sistema. Caso o benefício venha a ser utilizado de qualquer forma, o licitante será convocado a apresentar comprovações.

6.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

6.12. Persistindo o empate, após observados todos os critérios estipulados, a classificação se dará mediante sorteio, a ser realizado dentro do sistema Compras.Gov.br, caso haja essa funcionalidade.

6.12.1. Caso o sistema Compras.Gov.br não disponibilize ferramenta de sorteio, o Pregoeiro se valerá da estrutura e da credibilidade das loterias da Caixa Econômica Federal, de forma clara, transparente e acessível a todos os interessados.

6.12.2. Ocorrendo empate com até 5 licitantes, o Agente de Contratação utilizará o sorteio da Loteria Federal, da seguinte forma:

- I – O Agente de Contratação indicará a data do concurso que servirá como referência para o sorteio;
- II – O Agente de Contratação vinculará um número do prêmio principal (1º ao 5º) a cada licitante, por ordem estritamente alfabética. Para fins de ordem alfabética, números precedem letras;
- III – Verificado o sorteio, a ordem de classificação na licitação se dará na ordem decrescente de número de bilhetes sorteados;
- IV – Será o primeiro colocado aquele que for sorteado com número maior de bilhete;
- V – As colocações intermediárias, se houver, observarão a ordem decrescente dos números de bilhetes sorteados;
- VI – Será o último colocado aquele que for sorteado com o número menor de bilhete.

6.12.3. Ocorrendo empate com mais de 5 licitantes, o Agente de Contratação utilizará quantos concursos referenciais forem necessários para abranger todos os licitantes empatados.

6.12.4. O sorteio dos números pode ser conferido por todos na página da Caixa no Youtube: <https://www.youtube.com/@canalcaixa>. O resultado do sorteio também pode ser conferido no site <https://loterias.caixa.gov.br/Paginas/Federal.aspx>.

6.13. Na fase de lances, o sistema Compras.Gov.br observará o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno, nos termos da Lei Complementar 123/06 e Decreto 8.538/15.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e



qualidade definidos neste edital e seus anexos e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

7.1.1. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, observada a ordem de classificação.

7.2. No julgamento das propostas, será adotado o **critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO E TOTAL do item**, observados os preços estimados de cada um dos itens, expressos em moeda corrente nacional.

7.3. A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu valor ofertado com aqueles estimados pela Administração, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos.

7.4. Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção de melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.4.1. No caso de preço acima do valor estimado, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de até 1 (uma) hora para que o Licitante reduza o preço de sua proposta ao estimado.

7.5. No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta, bem como realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada.

7.5.1. Em se tratando de aquisição de bens, serão consideradas propostas presumidamente inexequíveis aquelas que:

- a) cujos preços apresentem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 34 da IN SEGES 73/2022);
- b) não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5.2. Verificada proposta presumidamente inexequível, o licitante será convocado, via chat, a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o preço da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos;
- c) Comprovação da existência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.3. O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.6. Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda a todas as exigências deste edital.

7.7. Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará do licitante mais bem classificada, via sistema, a apresentação, **se for o caso**, de:

- a) proposta comercial atualizada;
- b) anexos de proposta;



c) outros documentos necessários.

7.7.1. A apresentação de proposta, anexos e outros documentos, se exigidos, deve ser realizada pelo licitante através do Sistema ComprasGov, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

7.8. Havendo dúvida quanto ao produto ofertado pelo licitante que apresentou o menor preço atender às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro poderá solicitar documentação complementar, no prazo e forma previstos no item 7.7.1, prorrogável, a critério do Pregoeiro.

7.8.1. O prazo para apresentação de documento previsto no item 7.8 poderá correr simultaneamente com os prazos previstos nos itens 7.5.2 e 7.7.1.

7.8.2. A não apresentação pelo licitante do documento solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

7.8.3. O prospecto ou as informações de site indicado pelo licitante serão submetidos à análise da unidade demandante do objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

7.9. Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que o produto ofertado não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o **MENOR PREÇO** para os itens em julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

7.10. Independentemente do disposto no item 7.8 acima, havendo dúvidas, poderá ser solicitada a apresentação de AMOSTRA.

7.10.1. O Pregoeiro solicitará, via chat, apresentação de amostra somente à licitante provisoriamente vencedora e, no caso de recusa da proposta ou inabilitação, solicitará das próximas colocadas, observada a ordem de classificação.

7.10.2. A amostra deverá ser apresentada neste Tribunal, no endereço constante no rodapé deste edital, sendo as despesas com o envio suportadas pelo licitante convocado.

7.10.3. O prazo para **apresentação** da amostra é de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis mediante solicitação do licitante. A não apresentação pelo licitante da amostra solicitada, no prazo estipulado, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento, sujeitando a licitante à apuração de responsabilidade.

7.10.4. A amostra apresentada tempestivamente será submetida à análise da unidade demandante/técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e seus anexos.

7.10.5. As demais regras acerca da apresentação, guarda, devolução e desfazimento das amostras constam no Termo de Referência, anexo integrantes deste edital.

7.11. Será desclassificada a proposta:

a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;



- b) cujo valor se encontre acima do preço estimado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos, e o licitante não queira reduzir ao preço estimado ou não manifeste interesse em negociar;
- c) cujo quantitativo seja inferior ao quantitativo máximo do objeto;
- d) que apresente vício insanável;
- e) que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos;
- f) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender solicitações e diligências realizadas pelo Pregoeiro;
- g) se o licitante renunciar expressamente ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências, e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação. O sistema automaticamente abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso e passará à fase de habilitação.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação do licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) declarações legais.

8.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social constante no registro competente;
- b) no caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.2.1. Tratando-se de consórcios, deverá, ainda, ser apresentando o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, que deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) designação do consórcio e sua composição;
- b) finalidade do consórcio;
- c) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa responsável pela liderança do consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado e atender às seguintes condições de liderança:
 - g.1) a líder do consórcio é a empresa que detém a maioria da participação no consórcio;
 - g.2) a empresa líder do consórcio deve ser empresa da área técnica, ou seja, empresa prestadora de serviços correspondente ao objeto;
 - g.3) a empresa líder será responsável por todos os atos administrativos, técnicos e judiciais nesse processo, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados.
- h) compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do órgão contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a



emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

8.2.2. Tratando-se de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, deverá, ainda, ser apresentada:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social;
- c) comprovação do registro competente;
- d) relação atualizada de cooperados.

8.2.2.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa devem observar as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

8.2.2.2. A cooperativa deve apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

8.2.2.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, deve ser capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas, salvo os profissionais indicados com responsáveis técnicos.

8.2.2.4. O objeto social da cooperativa deve ser compatível com o objeto desta licitação, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

8.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

- a) comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovação de regularidade perante as Fazendas federal, estadual/distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.4. Os documentos a serem apresentados a título de **DECLARAÇÕES LEGAIS** são os seguintes:

- a) ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- c) que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- d) que inexistente impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- g) que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- h) que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- i) que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

j) no caso de Cooperativa: que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

k) que não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.4.1. Os documentos de que tratam as alíneas “a” a “j” do item 8.4, acima, poderão ser apresentados pelos licitantes diretamente no sistema ComprasGov.

8.4.2. A declaração de que trata a alínea “k”, do item 8.4 acima, deverá ser apresentada pelo licitante por meio de modelo de declaração, conforme **ANEXO I** deste edital.

8.5. Constituem documentos complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e obtenção de certidão negativa;

b) comprovação de inexistência de registro como empresas inidôneas e/ou suspensa Sistema Integrado de Registro no CEIS/CNEP, mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ do licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;

c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO e obtenção de certidão negativa.

d) comprovação de situação do fornecedor junto ao SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e obtenção do espelho.

8.5.1. Caso conste na consulta de situação do licitante junto ao SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.5.1.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5.2. As consultas referentes às alíneas “a”, “b” e “c” do item 8.6 acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada de pessoa jurídica no site do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.6. Tratando-se de empresa estrangeira que não funciona no Brasil, tanto em participação isolada ou que integre consórcio com liderança de empresa brasileira, tais empresas podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar aqui.



8.7. No caso de um ou mais documentos requeridos não existirem em outros países, o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. A equivalência entre documentos e omissões na sua apresentação serão objeto de cuidadosa apreciação pelo Agente de Contratação, podendo promover a realização de diligências.

8.8. Relativamente à habilitação de consórcio de empresas:

8.8.1. É vedado à empresa consorciada participar, nesta licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada. A inobservância dessa regra importa no afastamento definitivo dos licitantes envolvidos, em qualquer fase do certame.

8.8.2. O consórcio, se vencedor, é obrigado a promover sua constituição e registro antes da celebração do contrato.

8.8.3. Não haverá substituição de consorciado durante o certame licitatório. Eventual substituição de consorciado poderá ocorrer somente na execução contratual e deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante mais bem classificado, observada a ordem de classificação.

9.2. A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema ComprasGov, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

9.2.1. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3. A documentação exigida para atender ao disposto no item 8.1. poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

9.4. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pelo licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.4.1. Os documentos referidos no item 9.4 deste edital poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

9.5. A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

9.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.



9.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

9.8. O licitante será **INABILITADO** se:

- a) não apresentar a documentação exigida no edital e solicitada pelo Pregoeiro;
- b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital;
- d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) o licitante expressamente renunciar ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.

9.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte dos próximos licitantes, observada a ordem de classificação.

9.10. Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, o licitante será **HABILITADO** e declarado vencedor. O Pregoeiro abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso, sucedendo-se a etapa recursal.

10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP

10.1. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.

10.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.6. O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 10.4, devidamente requerida e justificada pelo licitante, deverá ser justificado pela Administração.

10.7. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



10.8. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas e dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário de reabertura.

11.1.1. A consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de documentos e certidões constitui meio legal de prova.

11.2. Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta e da habilitação, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações e/ou documentos complementares ou ajustes, sendo motivo de recusa ou inabilitação o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte do licitante.

11.2.1. É vedada a majoração nos valores GLOBAL e UNITÁRIO da proposta quando da realização de ajustes.

11.3. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante, seja para verificar o atendimento a exigências do edital, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos de proposta ou de habilitação, por equívoco ou falhas ou, ainda, por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a documentação necessária.

11.4. O Pregoeiro fará a solicitação de documentos de proposta, habilitação, anexos ou complementares via sistema comprasnet. O sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos ao licitante selecionado, **momento do qual passará a contar o prazo de até 2 (duas) hora para apresentação** do documento solicitado, via sistema.

11.4.1. O prazo previsto no item 11.4 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido do licitante, desde que a justificativa seja aceita pelo Pregoeiro e a solicitação seja apresentada dentro do prazo inicialmente estabelecido.

11.4.2. O ônus da apresentação da proposta, da habilitação, dos anexos, comprovações e documentação complementar é do licitante, cabendo-lhe exclusivamente a responsabilidade, no que concerne ao solicitado, pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como o conhecimento e a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

11.4.3. A não apresentação pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta ou inabilitação, conforme o caso.

11.5. Os documentos de proposta e de habilitação poderão ser submetidos à análise da unidade técnica/demandante competente para o objeto desta licitação, da qual será solicitada manifestação formal quanto ao atendimento ou não em relação às exigências definidas neste edital.



11.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais nas fases de julgamento de proposta e de habilitação não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

11.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para adequada aferição das propostas e da habilitação, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações analisada pelo Pregoeiro.

11.8. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

11.9. A recusa de proposta, a inabilitação do licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.10. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.11. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação, salvo se devidamente justificado e publicitado, observados o disposto no item 2.2.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO RESERVA

12.1. Após o término de cada uma das fases de julgamento das propostas e de habilitação, o sistema abrirá, de forma automática, prazo para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer, devendo o licitante interessado fazê-lo de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema.

12.2. A ausência de manifestação imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, implicará preclusão do direito de recurso dos licitantes.

12.3. Apresentada a intenção de recurso, será concedido automaticamente o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), a contar do encerramento da fase de habilitação.

12.4. Apresentadas as razões recursais, os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso no sistema.

12.5. A intenção de recorrer, as razões e as contrarrazões recursais devem ser apresentadas exclusivamente via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

12.6. Caso o licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazê-lo diretamente no sistema, em campo próprio.

12.7. O recurso será dirigido ao Pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Direção-Geral, a qual proferirá sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.8. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação via e-mail licitacao@tre-ro.jus.br ou diretamente na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sem ônus para o Tribunal.

12.9. A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer.

12.10. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Superada a etapa recursal, a autoridade competente poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação, total ou parcialmente, por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação, total ou parcialmente.

12.12. Após a homologação, sem prejuízo de comunicação pelo Pregoeiro durante a condução do certame, a Assessoria de Licitações e Contratações – ASLIC convocará, por e-mail, os licitantes classificados para, no prazo de 24 horas, manifestarem, caso queiram, interesse em compor o cadastro reserva.

12.12.1. A formação de cadastro de reserva tem por objetivo a convocação para contratação no caso de eventual impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

12.12.2. O e-mail de que trata o item 12.13 acima é aquele cadastrado no SICAF, cabendo ao licitante a devida atualização dos seus dados no sistema, bem como arcar com eventual perda de oportunidade no caso de e-mail desatualizado, problemas de acesso ou de conexão com a internet.

12.12.3. Na manifestação, os licitantes interessados deverão informar:

- a) interesse em compor o cadastro reserva com preço igual ao do licitante vencedor, observada a classificação da licitação; ou
- b) manutenção da proposta original.

12.12.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiverem suas propostas originais.

12.12.5. Ao término do prazo estipulado, em caso de manifestação de interesse, a Assessoria de Licitações e Contratações - ASLIC consolidará, por meio de formulário específico, a classificação final do Cadastro Reserva.

12.12.5.1. O formulário de que trata o item 12.13.4 será anexado à Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das informações constarem também no Anexo da Ata de Registro de Preços (Anexo III do edital), e estará disponível no site oficial deste Tribunal, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>.

12.12.5.2. Não comporá o cadastro de reserva o licitante que não responder à convocação, responder intempestivamente, de forma incompleta, confusa ou por meio diverso.

12.12.6. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

12.12.7. A análise das propostas e a verificação da habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA, DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços, conforme modelo anexo a este edital, adaptada à proposta vencedora, devendo:

- a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;

- b) informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: contratos@tre-ro.jus.br;
- c) comprovar, no ato da assinatura da ata de registro de preços, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) assinar a ata de registro de preços pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:
- d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;
 - d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da ata de registro de preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

13.2. Em havendo necessidade de contratação e disponibilidade orçamentária, o compromissário da Ata de Registro de Preços será formalmente convocado para firmar a contratação por meio do recebimento da nota de empenho, observado o procedimento previsto no item 13.1 acima.

13.3. Se a adjudicatária/compromissária não cumprir os prazos estabelecidos na alínea “d1” e “d2” dos itens 13.1 e 13.2 acima, sem justificativa formalmente aceita pela Direção-Geral do TRE-RO ou se a documentação prevista na alínea “c” do item 13.1 acima não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, efetivar a contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

13.4. O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante da Ata de Registro de Preços e da contratação decorrente.

13.5. A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

13.6. À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital, aplicam-se a lei 14.133/21, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, a Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2023 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO/COMPROMISSÁRIO/CONTRATADO descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, **conforme o caso**, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

14.2. Sujeita-se à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, o LICITANTE/ ADJUDICATÁRIO/ COMPROMISSÁRIO/ CONTRATADO que cometer as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- e) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- h) não assinar a Ata de Registro de Preços;
- i) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;
- j) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- k) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3. Sujeita-se à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, o licitante/adjudicatário que cometer as condutas previstas nas alíneas b, c, h, i do item 14.2.

14.4. Sujeita-se à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante/adjudicatário que cometer a condutas previstas as alíneas d, f, g, h, i, j, k, l do item 14.2 ou praticar quaisquer das outras condutas previstas no item 14.2 que justifique a imposição dessa penalidade mais grave.

14.5. A aplicação da sanção prevista no item 14.2 poderá ser cumulada com as sanções previstas nos itens 14.3 e 14.4.

14.6. A aplicação das sanções aqui previstas deve observar o disposto na legislação específica e não impede a aplicação de outras sanções, de acordo com a análise do caso concreto, desde que não sejam incompatíveis e estejam expressamente previstas no edital e em seus anexos, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e na legislação correlata.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

15.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração e não contrariem as regras do edital e da legislação.

15.3. A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada no prazo estipulado. Poderá, ainda, se necessário, solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

15.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

15.5. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

15.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

- a)** quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TRE/RO;
- b)** quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos;
- c)** quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

15.8. Considerando a existência de diferentes fusos horários no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília.**

15.9. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/21, o valor estimado do certame será tornado público após a conclusão da licitação ou na fase de negociação, se necessário.

15.10. A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no PNCP.

15.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.12. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na lei 14.133/21 e na legislação correlata.

15.13. São partes integrantes deste Edital:

- a)** ANEXO I – Formulário modelo de proposta e declaração;
- b)** ANEXO II – Imagens de objetos;
- c)** ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar;
- d)** ANEXO IV – Termo de Referência;
- e)** ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Porto Velho, 12 de junho de 2026.

ANDERCLEDSON REIS
PREGOEIRO



ANEXO I
FORMULÁRIO DE PROPOSTA E DECLARAÇÕES
(IDENTIFICAÇÃO/MARCA/LOGO/TRIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social e CNPJ:
Endereço completo:
Contatos (e-mail e telefone):
Responsável Legal:

ITEM	DETALHAMENTO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Descrição: Marca/Modelo: CNPJ do fabricante:	Unidade			
2	Descrição: Marca/Modelo: CNPJ do fabricante:	Unidade			
3	Descrição: Marca/Modelo: CNPJ do fabricante:	Unidade			
(...)	Descrição: Marca/Modelo: CNPJ do fabricante:	Unidade			
Valor global da proposta: R\$ _____ (_____).					

Sugere-se a apresentação de prospectos, folders, manuais e fichas técnicas para melhor caracterização do objeto ofertado, sem prejuízo de eventual necessidade de diligências.

DECLARAÇÃO

A empresa _____ DECLARA, para fins de participação, julgamento de proposta e habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que:

I – NÃO CONDENAÇÃO

não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

II – CTF-IBAMA

Os produtos/equipamentos ofertados em suas propostas para os itens 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 29 do objeto são fornecidos por fabricante com Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-Ibama). Para tanto, ANEXO os comprovantes junto à presente proposta.

LOCA E DATA
ASSINATURA

ANEXO II

IMAGENS REFERENCIAIS DE PRODUTOS

Item 20 - Mouse ergonômico vertical



Item – 23: Teclado ergonômico



Item 24 - Teclado ergonômico com suporte de pulso almofado



Item 28 - Fone de ouvido descartável





ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 122/2026 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE

Unidade solicitante: Seção de Suporte Especializado Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas	SESUE COSUPUE
Unidade demandante: Seção de Almoxarifado	SEALM

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda consiste na formação de registro de preços para a aquisição eventual de materiais de insumos de informática, destinados a suprir as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

A contratação é fundamental para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais deste Tribunal, garantindo que os equipamentos e sistemas institucionais permaneçam em pleno funcionamento. Insumos de informática são materiais de consumo essenciais para o suporte diário às unidades, e sua falta impacta diretamente a produtividade e a prestação de serviços jurisdicionais.

O objetivo central é evitar a descontinuidade do suporte tecnológico e o desabastecimento de materiais críticos, especialmente considerando a excepcionalidade do ano eleitoral de 2026. Durante o período eleitoral, as atividades deste Regional são severamente intensificadas, resultando em um uso exaustivo de materiais de informática, o que exige a manutenção de um estoque estratégico para garantir o atendimento tempestivo às demandas das diversas unidades.

Sob a perspectiva do interesse público, os benefícios desta contratação incluem:

- **Garantia da Atividade-Fim:** Assegura que a infraestrutura tecnológica necessária para a realização do pleito eleitoral de 2026 esteja devidamente suprida.
- **Eficiência Operacional:** Permite que o Tribunal responda de forma ágil a eventuais necessidades de substituição ou complemento de insumos, mantendo a fluidez dos processos administrativos.
- **Continuidade do Serviço:** Mitiga riscos de paralisação de sistemas por falta de periféricos ou componentes básicos de hardware, protegendo a integridade das operações institucionais.

Registre-se, por fim, que a contratação contempla o atendimento às recomendações constantes da Análise Ergonômica do Trabalho – AET, realizadas no âmbito das Zonas Eleitorais e das Secretarias deste Tribunal, conforme Processo SEI nº [0000150-45.2025.6.22.8000](#), bem como às orientações do Serviço de Assistência Médica e Social – SAMES, consignadas no Processo SEI nº [0000366-06.2025.6.22.8000](#).

Nesse contexto, a aquisição preventiva de dispositivos ergonômicos, tais como teclados e mouses ergonômicos, visa à promoção da saúde ocupacional dos servidores e à prevenção de agravos relacionados ao trabalho, em consonância com as boas práticas de gestão e segurança do trabalho.

Conclui-se, portanto, que a formalização desta demanda é medida essencial para mitigar o risco de desabastecimento técnico no âmbito deste Regional. A contratação visa assegurar que o Tribunal disponha de estoque suficiente para o atendimento tempestivo às unidades, especialmente diante do aumento expressivo no consumo de materiais previsto para o ano eleitoral de 2026. Tal planejamento garante a continuidade das atividades administrativas e operacionais, preservando a eficiência da infraestrutura tecnológica necessária para o cumprimento da missão institucional.



3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATEGICO DO TRIBUNAL (obrigatório)

3.1 A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico do TRE-RO?

() Não, **justificar:** _____.

(x) Sim, **descrever quais:** A presente contratação de materiais de consumo de informática está alinhada aos seguintes objetivos estratégicos do Tribunal:

- **Transformação Digital:** O plano visa intensificar a transformação digital, o que abrange a modernização tecnológica e o investimento em infraestrutura atualizada de tecnologia da informação. A aquisição de periféricos e componentes de hardware é essencial para manter a infraestrutura que suporta os serviços e produtos digitais oferecidos pelo Regional.
- **Promoção da Sustentabilidade, Acessibilidade, Inclusão e Diversidade:** Este objetivo prevê explicitamente a promoção de **contratações sustentáveis** e a gestão estruturada de processos voltados à sustentabilidade econômica e social.
- **Aprimorar as aquisições e contratações:** Conforme o Mapa Estratégico de TI, a organização busca o constante aperfeiçoamento das aquisições de tecnologia para garantir o apoio estratégico efetivo à evolução do Tribunal.
- **Garantia dos Direitos Fundamentais:** Como perspectiva de resultado para a sociedade, a contratação fornece o suporte material necessário para assegurar a agilidade e a prestação jurisdicional efetiva, garantindo os direitos fundamentais, especialmente no contexto do pleito eleitoral.
- **Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária:** A busca pela eficiência operacional e pela simplificação de processos internos depende da disponibilidade de insumos tecnológicos adequados para as unidades do Tribunal.

3.2 Consta do PCA [0000371-28.2025.6.22.8000](#) (2026):

(X) Sim, no item nº 64 /2026

() Não, justificar: _____.

3.3 Qual objetivo, indicador ou meta do Plano de Logística Sustentável - PLS serão atendidos com a contratação?

A contratação está diretamente alinhada ao **Objetivo Estratégico de "Aquisições e Contratações Sustentáveis" (Item 15)** do PLS. O atendimento se dá por meio dos seguintes pontos:

- **Objetivo Específico:** Contratar equipamentos eletroeletrônicos com melhor desempenho de consumo energético e menor impacto ambiental.
- **Diretriz de Eficiência Energética:** Priorização na aquisição de materiais que possuam certificados de uso eficiente de energia (como *Energy Star* ou similares).
- **Substâncias Nocivas:** Observância à diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), buscando materiais que não contenham substâncias perigosas como mercúrio, chumbo e cádmio em concentrações acima do recomendado.
- **Logística Reversa e Descarte:** O TRE-RO assumirá, preferencialmente, a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados em decorrência do consumo dos materiais adquiridos, utilizando-se de sua estrutura própria e contratos de sustentabilidade vigentes voltados ao descarte e reaproveitamento de materiais. Caberá à contratada a execução da logística reversa e a destinação final nos casos em que o Tribunal não possua meios técnicos, logísticos ou contratos específicos para o processamento de itens determinados.
- **Indicador de Desempenho:** A contratação contribui para o **Índice de Compras Sustentáveis (Indicador 15)**, cuja meta é manter em pelo menos 80% o número de contratações com critérios de sustentabilidade até 2026.
- **Gestão de Resíduos:** Alinhamento com o indicador de **Destinação de Resíduos Eletroeletrônicos (Tópico 8)**, que visa a destinação correta para reciclagem ou reaproveitamento de materiais de informática.



Além disso, a demanda observa a obrigatoriedade do uso do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, adotado pelo Tribunal por meio da Instrução Normativa TRE-RO nº 1/2023, visando a eficiência ambiental e social nas compras públicas

4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES

4.1 Informação sobre **contratações correlatas e/ou interdependentes que deverão ser realizadas em função desta:** *(Inclusive sobre necessidade de contratação de terceiros (empresa ou pessoa física) para auxiliar a fiscalização do contrato - Art. 117, § 44º da Lei nº 14.133/2021):*

Descrever: _____.

(X) Não há.

4.2. Caso necessário, informar também eventuais providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato (**providências preliminares**):

() Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação: _____;

() Instalação elétrica: _____;

() Instalação lógica: _____;

() Alteração de *layout*: _____;

() Outra: _____.

(X) Não se aplica.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 REQUISITOS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Requisitos do negócio:

A solução deve prover materiais de consumo de informática que possuam as seguintes características e funcionalidades fundamentais:

- **Compatibilidade e Interoperabilidade Técnica:** Os insumos devem possuir padrões universais de conexão (como USB, HDMI, RJ45 e SATA) para garantir compatibilidade plena com o parque tecnológico e as estações de trabalho instaladas no Tribunal.
- **Padronização e Baixa Complexidade:** Os itens devem ser de mercado, com especificações técnicas padronizadas que permitam a substituição imediata e intuitiva pelos usuários ou pela equipe de suporte, sem necessidade de customizações.
- **Conformidade Socioambiental (Ecoeficiência):** Os produtos devem apresentar baixo impacto ambiental, priorizando componentes com eficiência energética (como certificação *Energy Star*) e ausência de substâncias perigosas em sua composição (conforme a diretiva *RoHS*).
- **Escalabilidade e Disponibilidade sob Demanda:** A solução deve permitir o fornecimento parcelado (Sistema de Registro de Preços), garantindo que o Tribunal receba os materiais de forma tempestiva conforme a flutuação do consumo, que é intensificado no ano eleitoral.
- **Viabilidade Logística para Descarte:** Os materiais devem ser passíveis de processamento pela estrutura de descarte e reaproveitamento do Tribunal ou, subsidiariamente, através de logística reversa pelo fornecedor.

Justificativa: Estes requisitos são fundamentais porque delimitam os contornos da solução necessária para mitigar o risco de danos aos equipamentos institucionais por incompatibilidade técnica. Além disso, garantem que a logística de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

aquisição e o perfil dos produtos estejam alinhados às metas de sustentabilidade do Regional e à necessidade de pronta resposta operacional exigida pela missão da Justiça Eleitoral.

Requisitos de capacitação:

Descrever: _____.

(X) não se aplica porque: _____.

Requisitos legais:

A solução deverá estar em conformidade com o seguinte arcabouço normativo:

- **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):** Os produtos devem observar as diretrizes para a gestão de resíduos, prevendo-se a responsabilidade pelo ciclo de vida e a logística reversa para itens eletroeletrônicos.
- **Instrução Normativa TRE-RO nº 1/2023:** A solução deve atender aos critérios de sustentabilidade ambiental e social definidos no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, adotado formalmente por este Tribunal.
- **Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances):** Os materiais fornecidos devem, preferencialmente, estar isentos ou possuir concentrações mínimas de substâncias perigosas como chumbo, mercúrio e cádmio, conforme diretrizes de menor impacto ambiental do PLS.
- **Lei Estadual (RO) nº 2.962/2013 e Lei Municipal (Porto Velho) nº 2.138/2014:** Os produtos eletroeletrônicos considerados lixo tecnológico devem seguir os procedimentos de coleta e destinação final previstos nas normas locais.
- **Resolução CNJ nº 400/2021:** A solução deve estar alinhada à política de sustentabilidade do Poder Judiciário, especialmente quanto ao uso eficiente de materiais e descarte adequado.
- **Normas Técnicas Oficiais (ABNT/Inmetro):** Os itens devem atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos competentes, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Justificativa: A Administração está vinculada ao princípio da legalidade, sendo indispensável que os bens adquiridos observem as normas de segurança, qualidade e, primordialmente, de proteção ambiental e gestão de resíduos tecnológicos vigentes no país e na região. A observância desses requisitos legais garante que o Tribunal não apenas adquira produtos funcionais, mas que cumpra seu papel institucional de promover o desenvolvimento nacional sustentável.

() não se aplica porque: _____.

Requisitos de garantia e manutenção:

Serão exigidas as seguintes garantias:

(X) **Apenas a garantia legal** (todo produto, por lei, tem garantia, independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor. É a chamada “garantia legal”: **30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis** (art. 26, I, e II, CDC).

() **Garantia complementar à legal** (A garantia oferecida pelo fornecedor, complementar à legal, é aquela exigida pelas especificidades do objeto, que deve ser justificada pela unidade, geralmente por ser uma prática observada no mercado para aquele produto ou serviço).

() Não será exigida porque: _____.

Requisitos temporais:

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, com entregas parceladas conforme demanda do TRE-RO durante o exercício de 2026.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da nota de empenho ou documento equivalente.

Justificativa: O prazo foi definido com base na experiência de compras anteriores e na necessidade de suprimento contínuo dos materiais para o pleno funcionamento das unidades do TRE-RO.

Local de entrega :Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 9h às 18h, na Seção de Almoxarifado - SEALM, Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76.805-901. Telefone para agendamento: (069) 3211-2268/2051/2278/2092.

CRONOGRAMA DE ENTREGAS OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Tabela 3 - Cronograma de aquisição					
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE	1º SEMESTRE 2026	2º SEMESTRE DE 2026	QUANTIDADE MÍNIMA PARA CADA COMPRA
1	Alicate de crimpar profissional para RJ45/RJ11/RJ12	20	10	10	10
2	Alicate de crimpagem EZ para cabos CAT7, tipo vazado	20	10	10	10
3	Alicate decapador de cabo UTP RJ45	10	5	5	5
4	Adaptador DisplayPort macho para HDMI fêmea	100	50	50	15
5	Adaptador DVI macho para HDMI fêmea	100	50	50	15
6	Adaptador DisplayPort macho para DVI fêmea	50	25	25	15
7	Adaptador DisplayPort macho para VGA fêmea	50	25	25	10
8	Adaptador conversor USB 3.0 para VGA	30	15	15	10



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

9	Adaptador de rede USB Tipo-C para RJ45 Ethernet	50	25	25	10
10	Adaptador de rede USB para RJ45 Ethernet	50	25	25	10
11	Adaptador para SSD M.2 SATA	20	10	10	5
12	Cabo de rede CAT6 (caixa com 305 metros)	15	8	7	5
13	Cabo HDMI 2.1 Ultra High Speed – 2 m	100	50	50	15
14	Cabo HDMI 2.0 4K HDR – 10 m	20	10	10	10
15	Cabo HDMI 2.0 4K Ultra HD – 15 m	20	10	10	10
16	Cabo extensor USB – 1,5 a 3 m	100	50	50	15
17	Conector de rede RJ45 para cabo CAT6	500	250	250	200
18	Keystone jack CAT6	50	25	25	15
19	Mouse óptico USB	150	75	75	20
20	Mouse ergonômico vertical	100	50	50	20
21	Mousepad tipo gamer	200	100	100	25
22	Teclado sem fio padrão corporativo ABNT2	150	75	75	25
23	Teclado ergonômico	200	100	100	25
24	Teclado ergonômico com apoio de pulso	80	40	40	20



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

25	Webcam Full HD 1080p	170	85	85	30
26	Headset estéreo com microfone	250	125	125	50
27	Fone de ouvido tipo headphone	150	75	75	50
28	Fone de ouvido descartável	5000	2500	2500	1000
29	HD externo portátil	100	50	50	25
30	Pen drive USB 32 GB	150	75	75	50
31	Módulo de memória RAM DDR5	50	25	25	15
32	Hub USB 3.0 – 4 portas – 5 Gbps	200	100	100	50

Requisitos de Segurança da Informação:

Caso se refira à contratação de TIC, ou tenha correlação com a área de TIC: _____.

(X) não se aplica.

Requisitos ambientais, econômicos, sociais e culturais:

A contratação de materiais de insumos de informática poderão gerar impactos ambientais, configurando bens/itens potencialmente poluidores ou geradores de resíduos sólidos classe I - perigosos. Para mitigá-los, adotar-se-ão:

(i) Aquisição de bens de baixo consumo de energia/recursos;

(ii) Não será exigida comprovação de sistema de logística reversa, tendo em vista que o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) já possui política de gerenciamento de resíduos perigosos, prevista em seu Plano de Logística Sustentável (PLS 2021–2026), e definidos no Programa de Sustentabilidade Ambiental do TRE-RO e seu gerenciamento (Portaria conjunta TRE-RO Nº 3 / 2023), bem como é partícipe da Ata de Registro de Preços nº 13/2025 ([1423766](#)), decorrente do Pregão Eletrônico nº 90002/2025, de compra compartilhada gerenciada pelo TRT da 14ª Região, cujo serviço é coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada desses resíduos perigosos. Assim, a responsabilidade pela destinação dos toners e cartuchos utilizados será desta Administração, sendo suficiente, para o certame, a comprovação do PGRS e do CTF ativo do fabricante, que atestam a conformidade ambiental da marca ofertada.

A contratação está alinhada ao PLS deste órgão.

Regularidade Ambiental (CTF/IBAMA):

Considerando a natureza de determinados produtos eletroeletrônicos constantes deste Termo de Referência, especialmente aqueles que possuem maior concentração de componentes eletrônicos, plásticos e metais em sua



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

composição, poderá ser exigida, quando aplicável, a comprovação de regularidade do fabricante ou importador junto ao **Cadastro Técnico Federal – CTF/IBAMA**, instituído pela **Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021**.

Tal verificação não constitui requisito de habilitação do licitante e poderá ser realizada na fase de aceitação do objeto ou durante a execução contratual.

A exigência de regularidade ambiental aplica-se, quando pertinente à cadeia produtiva do produto, aos seguintes itens constantes do Termo de Referência:

- a) Item 19 – Mouse óptico USB
- b) Item 20 – Mouse ergonômico vertical
- c) Item 22 – Teclado sem fio padrão corporativo ABNT2
- d) Item 23 – Teclado ergonômico
- e) Item 24 – Teclado ergonômico com apoio de pulso
- f) Item 25 – Webcam Full HD 1080p
- g) Item 26 – Headset estéreo com microfone
- h) Item 27 – Fone de ouvido tipo headphone
- i) Item 29 – HD externo portátil

Anexo I da [Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 2021](#)

CATEGORIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	5 – 2	Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática

Justificativa:

A adoção desses critérios busca assegurar a observância das diretrizes de gestão ambiental previstas na **Lei nº 12.305/2010** e nas políticas de sustentabilidade aplicáveis ao Poder Judiciário, especialmente a **Resolução CNJ nº 400/2021**.

A eventual verificação de regularidade junto ao CTF/IBAMA, bem como a observância de padrões reconhecidos de restrição ao uso de substâncias perigosas em equipamentos eletroeletrônicos, como a Diretiva RoHS, quando aplicável, são tratadas como características técnicas relacionadas ao objeto fornecido, e não como requisito de habilitação jurídica do licitante, preservando-se, assim, a ampla competitividade do certame.

() não se aplica porque: _____.

Requisitos técnicos:

A solução a ser contratada deverá atender às normas técnicas aplicáveis expedidas por órgãos oficiais competentes, tais como a **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** e o **Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)**, ou normas técnicas internacionais equivalentes, quando aplicável.

Os materiais deverão ser compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente no Tribunal, utilizando interfaces padronizadas e amplamente difundidas no mercado, tais como USB, HDMI, DisplayPort, RJ45 e SATA, **ou tecnologias equivalentes**, observando, quando aplicável, o funcionamento em modo *plug-and-play*.

Os teclados deverão atender ao padrão brasileiro ABNT2 ou padrão equivalente que assegure compatibilidade com a digitação em língua portuguesa. (ABNT NBR 10346)

No que se refere ao desempenho mínimo:

- Os cabos de rede deverão ser, no mínimo, da categoria CAT6, compatíveis com redes Gigabit Ethernet ou padrão superior equivalente;



- Os cabos de vídeo deverão suportar resoluções compatíveis com Ultra HD 4K ou superior, conforme especificação de cada item;
- Os módulos de memória e dispositivos de armazenamento deverão atender aos padrões tecnológicos definidos, assegurando compatibilidade com os equipamentos atualmente utilizados na infraestrutura tecnológica do Tribunal.

As ferramentas incluídas na contratação deverão possuir características de robustez e ergonomia compatíveis com uso profissional.

Quando aplicável, os produtos deverão ser acompanhados de documentação técnica ou manual de instruções, preferencialmente em língua portuguesa.

Metodologia de trabalho e implantação da solução:

Local de entrega: Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 9h às 18h, na Seção de Almoxarifado - SEALM, Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76.805-901. Telefone para agendamento: (069) 3211-2268/2051/2278/2092.

Local de execução dos serviços: Não se aplica, visto tratar-se de aquisição de bens de consumo.

Outros aspectos relevantes: A entrega e o recebimento da solução deverão observar o rito de conferência quantitativa e qualitativa para assegurar a conformidade com os requisitos técnicos:

- a) Recebimento Provisório: Realizado no ato da entrega pelo Almoxarifado (SEALM), para verificação da integridade das embalagens e conferência das quantidades em relação à Nota Fiscal.
- b) Conferência Técnica e de Sustentabilidade: Após o recebimento provisório, a unidade técnica (SESUE/COSUPUE) procederá à análise qualitativa para verificar a conformidade técnica.
- c) Recebimento Definitivo: Ocorrerá após a validação técnica da unidade demandante, atestando que os materiais atendem plenamente às especificações do edital.
- d) Testes de Amostragem: Previamente ao recebimento definitivo, componentes críticos (como memórias RAM e unidades de armazenamento) poderão ser submetidos a testes de compatibilidade em equipamentos do Tribunal para aferir sua plena funcionalidade.

Justificativa: A definição dessa metodologia é essencial para garantir que o Tribunal não aceite materiais fora das especificações técnicas ou com vícios de qualidade. Dado o caráter crítico dos insumos para o suporte às **Eleições 2026**, o rigor no recebimento qualitativo mitiga o risco de falhas tecnológicas durante o pleito e assegura a correta aplicação dos critérios de sustentabilidade institucional..

- () Não se aplica. Simples entrega da solução.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Consultas e estudos realizados:

AÇÃO

- () Consulta a fornecedores. Documentação gerada (e-mails, relatórios, atas de reuniões, orçamentos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:** _____.
- () Consulta a contratações de outros órgãos. Documentação gerada (e-mails, Editais de licitação, atas de registro de preços, contratos, etc.). **Descrever e indicar os eventos:** _____.
- (x) Consulta Painel de Preços ou Banco de preços. Documentação gerada (relatórios, outros). **Descrever e indicar os eventos:** LICITAÇÃO 14133/21 - ICVEC GERAL, EXC OBR/S. ENG [1464491](#).
- () Estudos técnicos. Documentação gerada (relatórios, estudos, outros). **Descrever e indicar os eventos:** _____.
- () Não obrigatório. justificar: _____



6.2 Análise das soluções/alternativas possíveis:

Descrição da Solução 1: Aquisição definitiva de materiais de consumo de informática.

Atendimento aos requisitos: Atende plenamente a todos os requisitos técnicos de padronização, interoperabilidade e disponibilidade imediata para o ano eleitoral.

Vantagens e desvantagens da solução:

- **Vantagens:** Menor custo unitário para itens de baixo valor; formação de estoque estratégico para as Eleições 2026; controle total sobre as especificações técnicas e o ciclo de vida (sustentabilidade).
- **Desvantagens:** Exige espaço físico para armazenamento e gestão de estoque pelo Almoxarifado (SEALM).

Valor Estimado: A ser definido conforme pesquisa de mercado (ICVEC).

Solução Escolhida:

(X) Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar: A aquisição é a solução que apresenta a melhor relação custo-benefício para materiais de consumo e periféricos de baixa complexidade. Garante a autonomia do Tribunal para substituições céleres durante o período crítico das eleições, sem a dependência de prazos de terceiros

() Não.

Descrição da Solução 2: Locação de equipamentos (Outsourcing) com fornecimento de periféricos inclusos.

Atendimento aos requisitos: Atende parcialmente. Embora forneça os itens, a disponibilidade de estoque para substituições massivas e imediatas em cartórios eleitorais pode ser limitada pelo contrato de serviço.

Vantagens e desvantagens da solução:

- **Vantagens:** Redução do esforço de gestão de estoque e manutenção pela equipe interna.
- **Desvantagens:** Custo elevado para itens de natureza "consumo"; complexidade contratual para gerir perdas e quebras de periféricos (mouses/cabos); risco de desabastecimento em situações de emergência eleitoral se os prazos de SLA forem incompatíveis com o pleito.

Valor Estimado: Geralmente superior à aquisição direta para itens desta natureza.

Solução Escolhida:

() Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

(X) Não.

Outras soluções: Descrever: _____.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução pretendida consiste na formação de um **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para a aquisição eventual e parcelada de materiais de insumos de informática, totalizando 33 itens que abrangem periféricos (mouses, teclados, webcams), componentes de hardware (memórias DDR5, SSDs, HDs), cabeamento estruturado (CAT6, HDMI 2.1), adaptadores diversos e ferramentas de rede. A solução foi modelada para atender integralmente ao ciclo de vida dos objetos e às necessidades críticas do Tribunal, conforme detalhado abaixo:

a) Especificação e Seleção (Início do Ciclo): A solução prioriza itens padronizados de mercado, com alta interoperabilidade e conformidade com normas técnicas (ABNT/Inmetro). A seleção incorpora critérios rigorosos de sustentabilidade baseados no Guia da AGU, exigindo a conformidade com a Diretiva RoHS (restrição de substâncias perigosas) e eficiência energética para componentes ativos.

b) Aquisição e Logística: O fornecimento será processado sob demanda, com cronograma de entrega dividido em duas etapas durante o exercício de 2026 (50% em cada semestre) para otimizar a gestão de estoque do Almoxarifado (SEALM) e garantir o suporte tecnológico tempestivo às Eleições 2026.



c) Uso e Manutenção: Os insumos visam assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais, garantindo o funcionamento adequado das estações de trabalho e sistemas institucionais. A manutenção dar-se-á pela substituição imediata de itens que apresentarem defeitos dentro do prazo de garantia legal de 90 dias.

d) Descarte e Logística Reversa (Fim do Ciclo): A solução encerra-se com a gestão responsável de resíduos, baseada em responsabilidade solidária. O Tribunal utilizará sua estrutura própria e contratos de sustentabilidade para a destinação final prioritária, restando à contratada a execução da logística reversa residual e comprovação via Certificado de Destinação Final (CDF) para itens não processados internamente.

e) Viabilidade Técnica e Econômica: A solução de aquisição definitiva via SRP demonstrou-se superior à locação (*outsourcing*) por apresentar menor custo para materiais de baixo valor unitário e permitir a autonomia operacional necessária ao TRE-RO em períodos de alta criticidade, como o pleito eleitoral.

7.1 JUSTIFICAR EVENTUAL FORMAÇÃO DE SRP PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:

7.1.1 A contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, **no qual o Tribunal será o órgão gerenciador?**

☐ Não;

☒ **Sim. Justificativa**, de acordo com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462, de 2023: A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se na natureza dos bens a serem adquiridos — materiais de consumo de informática (periféricos, cabos e componentes) — que possuem alta rotatividade e necessidade de reposição frequente para a manutenção da infraestrutura tecnológica do Tribunal.

☒ quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

☐ quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

☐ quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

☐ quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.1.2 Se positivo, informar:

☒ **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.

☐ **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

7.1.3 Indicação limitada a unidades de contratação sem indicação do total a ser adquirido?

☒ Não;

☐ Sim, porque (neste caso é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata):

☐ É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;

☐ Trata-se de alimento perecível.

7.1.4 OS DEMAIS ELEMENTOS DEVERÃO CONSTAR DO TR.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

7.2 A contratação da solução por meio do **INGRESSO EM SRP OU ADESÃO A UMA ARP** exige as seguintes **justificativas** (art. 15, VII, Decreto nº 11.462, de 2023):

(X) **Não há** RP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.

() **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

7.2.1 Justificativa complementar para INGRESSO EM SRP (art. 10 do Decreto 11.462, de 2023):

I - Vantagem do ingresso: Descrever: _____.

II - Extrato da IRP e os demais documentos do processo já disponíveis pelo órgão gerenciador para estabelecer as especificações do objeto e as obrigações da compromissária/contratada, tais como: documentos da fase de planejamento, aviso do edital e seus anexos, comprovação de publicação do aviso de edital, juntados nos eventos: _____:

7.2.2 Justificativa específica para ADESÃO EM ARP (art. 31 do Decreto 11.462, de 2023):

I - Vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público: _____.

II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, **conforme consultas de preços realizadas**, juntadas nos eventos: _____.

III - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor (**juntar os documentos e citar os eventos**): _____.

IV - Atos que regem o SRP no órgão gerenciador: edital, com seus anexos, e comprovação da publicação, parecer jurídico, ARP e seus anexos e comprovação de publicação, juntados nos eventos: _____.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES
(obrigatório)

As quantidades foram estimadas em consulta às unidades demandantes por meio da **Solicitação Nº 37/2025 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM** ([1337626](#)), cujas manifestações foram consolidadas da seguinte forma:

1. **Unidade STIC (COSUPUE):** Por meio da **Informação Nº 9/2025** ([1342001](#)) e **Informação Nº 3/2026** ([1464476](#)), apresentou a fundamentação técnica e os quantitativos para os 32 itens de infraestrutura de TI e periféricos que compõem este estudo, baseando-se no histórico de reposição ordinária e na demanda estratégica para o ciclo eleitoral de 2026.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Justificativa
1	Alicate de crimpar profissional para RJ45/RJ11/RJ12	Unitário	20	Quantitativo estimado para atender as equipes de suporte técnico e infraestrutura de rede, considerando atividades de confecção, manutenção e reparo de cabos de rede nas unidades administrativas e zonas eleitorais.
2	Alicate de crimpagem EZ para cabos CAT7, tipo	Unitário	20	Quantidade estimada para atendimento das demandas de implantação e atualização da infraestrutura de rede, considerando o novo padrão CAT7 e a necessidade de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	vazado			atendimento simultâneo por diferentes equipes técnicas.
3	Alicate decapador de cabo UTP RJ45	Unitário	10	Quantitativo definido com base no uso compartilhado entre as equipes técnicas, suficiente para suportar as atividades de confecção e manutenção de cabos de rede.
4	Adaptador DisplayPort macho para HDMI fêmea	Unitário	100	Quantidade estimada considerando a diversidade de modelos de computadores e monitores em uso, bem como a necessidade de reposição e atendimento às unidades administrativas e zonas eleitorais.
5	Adaptador DVI macho para HDMI fêmea	Unitário	100	Quantitativo dimensionado para garantir compatibilidade entre equipamentos com diferentes interfaces de vídeo, incluindo reposição e novas instalações.
6	Adaptador DisplayPort macho para DVI fêmea	Unitário	50	Estimativa baseada na demanda recorrente de conexão entre computadores e monitores com padrão DVI em ambientes administrativos.
7	Adaptador DisplayPort macho para VGA fêmea	Unitário	50	Quantidade estimada para atendimento de salas de treinamento, auditoria e uso com projetores e datashow ainda em padrão VGA.
8	Adaptador conversor USB 3.0 para VGA	Unitário	30	Quantitativo definido para montagem de ambientes temporários durante o período eleitoral, considerando postos de trabalho adicionais.
9	Adaptador de rede USB Tipo-C para RJ45 Ethernet	Unitário	50	Quantidade estimada para atender equipamentos modernos que não possuem porta Ethernet, especialmente notebooks institucionais.
10	Adaptador de rede USB para RJ45 Ethernet	Unitário	50	Quantitativo dimensionado para garantir conectividade cabeada em estações de trabalho e equipamentos de apoio.
11	Adaptador para SSD M.2 SATA	Unitário	20	Estimativa baseada na necessidade de leitura, transferência e recuperação de dados em mídias de armazenamento, inclusive para suporte técnico e auditoria.
12	Cabo de rede CAT6	Unidade	15	Quantidade estimada considerando a expansão, manutenção e readequação da infraestrutura de rede



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	(caixa com 305 metros)	(305 m)		lógica nas unidades do Tribunal e zonas eleitorais.
13	Cabo HDMI 2.1 Ultra High Speed – 2 m	Unidade (2 m)	100	Quantitativo definido para atender postos de trabalho, salas administrativas e substituição de cabos danificados.
14	Cabo HDMI 2.0 4K HDR – 10 m	Unidade (10 m)	20	Estimativa baseada na necessidade de interligações em ambientes de médio porte, como salas de reunião e treinamento.
15	Cabo HDMI 2.0 4K Ultra HD – 15 m	Unidade (15 m)	20	Quantitativo dimensionado para uso em auditórios e ambientes com maior distância entre equipamentos.
16	Cabo extensor USB – 1,5 a 3 m	Unitário	100	Quantidade estimada para ampliação do alcance de conexões USB em diversos postos de trabalho.
17	Conector de rede RJ45 para cabo CAT6	Unitário	500	Quantitativo calculado com base na confecção de novos pontos de rede, manutenção corretiva e reposição de conectores danificados.
18	Keystone jack CAT6	Unitário	50	Estimativa considerando a implantação e manutenção de pontos de rede estruturada em racks e espelhos de parede.
19	Mouse óptico USB	Unitário	150	Quantidade estimada para suprir novos postos de trabalho e reposição de periféricos desgastados.
20	Mouse ergonômico vertical	Unitário	100	Quantitativo definido para atendimento a usuários que demandam soluções ergonômicas, conforme orientações de saúde ocupacional.
21	Mousepad tipo gamer	Unitário	200	Estimativa baseada na necessidade de padronização dos postos de trabalho e melhoria da usabilidade dos periféricos.
22	Teclado sem fio padrão corporativo ABNT2	Unitário	150	Quantidade estimada para equipar estações de trabalho administrativas e substituir equipamentos obsoletos.
23	Teclado ergonômico	Unitário	200	Quantitativo dimensionado para atender usuários com uso contínuo do equipamento, promovendo conforto e ergonomia.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

24	Teclado ergonômico com apoio de pulso	Unitário	80	Estimativa baseada na demanda específica por soluções ergonômicas avançadas.
25	Webcam Full HD 1080p	Unitário	170	Quantidade estimada considerando a ampliação do uso de videoconferências, audiências virtuais e reuniões institucionais.
26	Headset estéreo com microfone	Unitário	250	Quantitativo dimensionado para atendimento simultâneo de servidores em atividades remotas e treinamentos.
27	Fone de ouvido tipo headphone	Unitário	150	Estimativa baseada no uso em atividades operacionais e kits biométricos.
28	Fone de ouvido descartável	Unitário	5.000	Quantidade estimada considerando o uso pelos eleitores com deficiência visual, no período eleitoral.
29	HD externo portátil	Unitário	100	Quantitativo definido para backup, transporte e armazenamento seguro de dados institucionais.
30	Pen drive USB 32 GB	Unitário	150	Estimativa baseada na necessidade de transferência de dados e apoio às atividades operacionais.
31	Módulo de memória RAM DDR5	Unitário	50	Quantidade estimada para atualização e melhoria do desempenho das estações de trabalho.
32	Hub USB 3.0 – 4 portas – 5 Gbps	Unitário	200	Quantitativo dimensionado para ampliação da conectividade USB em diversos postos de trabalho.

Esclarece-se que os itens solicitados pela ASSENTE (cabecotes e cartuchos de impressão) **foram excluídos do objeto desta contratação**, uma vez que já foram contemplados em processo licitatório distinto e específico para aquela finalidade, não havendo necessidade de nova reserva de preço neste certame.

Memória de Cálculo e Justificativa Geral

1. **Reposição Ordinária (2025):** Baseada na média histórica de defeitos e desgastes naturais de periféricos e componentes em uso no Tribunal.
2. **Demanda Extraordinária (Eleições 2026):** Projeção de aumento no consumo e na necessidade de reserva técnica para garantir o suporte imediato às Zonas Eleitorais e locais de votação, onde o uso intensivo de equipamentos eleva as taxas de substituição.

Análise de Interdependência e Economia de Escala



A contratação centraliza diversos itens de insumos em um único Registro de Preços. Isso possibilita economia de escala ao atrair licitantes que operam com grandes lotes de logística, reduzindo o custo unitário em comparação a compras fragmentadas por item ou unidade demandante.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NAO DA CONTRATAÇÃO

Haverá parcelamento?

- () **Não**, a solução será adjudicada em **item único** porque:
- () é inviável promover a adjudicação por itens ou grupos porque: _____.
- () Outra justificativa: _____.
- (X) **Sim**, a solução será **dividida em itens**.

Serão formados **lotes** pela divisão de itens?

(X) Não;

() Sim.

Se positivo, justificar : _____.

Serão formados **grupos compostos por itens**?

(X) Não;

() sim.

Se positivo, justificar a vantagem técnica e econômica do **agrupamento**: _____.

10. VALOR ESTIMADO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

R\$ _____, de acordo com as pesquisas de preços realizadas e informadas no item 6.1 e as quantidades estimadas no item 8 do ETP.

Tratando-se de formação de Registro de Preços, dispensa-se a indicação de dotação orçamentária nesta fase do procedimento. Para fins de planejamento e compatibilização orçamentária, informa-se que a eventual execução da despesa, se e quando ocorrer, será suportada por dotações consignadas nos orçamentos do exercício correspondente, especialmente no Ordinário e no Pleito Eleitoral 2026, conforme a natureza da demanda e a efetiva necessidade do Tribunal. A estimativa está alinhada à Programação Orçamentária do Ordinário e das Eleições, conforme Informação nº 79 COMAP-SEALM – Programação Ordinário e Eleições ([1347681](#)), constante do Processo SEI nº 0000002-34.2025.6.22.8000 (PLOA 2026).

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			exercício corrente(R\$)	próximo(s)exercício(s)(R\$)
Ordinário 2026	Aquisição de material de consumo	TIC MATCOM	-----	-----
Pleito	Aquisição materiais de	FUN	-----	-----



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Eleitoral 2026	consumo diversos.	MATCOM		
Total por exercício financeiro:				R\$ _____

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(X) Ganho de produtividade

Informar: A atualização do parque tecnológico com componentes de alto desempenho (como memórias DDR5 e unidades SSD) e o uso de periféricos modernos (HDMI 2.1, USB-C) reduzirão o tempo de resposta dos sistemas e a indisponibilidade das estações de trabalho, permitindo que os servidores e magistrados desempenhem suas funções com maior celeridade.

() Não se aplica.

(X) Redução de esforço

Informar: A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) reduz o esforço administrativo da equipe de licitações e do almoxarifado, pois permite aquisições fracionadas conforme a demanda real, eliminando a necessidade de abertura de novos processos para reposições pontuais de mouses, teclados ou cabos.

() Não se aplica.

(X) Redução de custo

Informar: Espera-se a obtenção de preços mais vantajosos por meio da ampla competitividade gerada pela adjudicação por item individual e pela economia de escala proporcionada pelo registro de preços global para o Tribunal, além da redução de custos indiretos causados pela ociosidade de equipamentos parados por falta de cabos ou adaptadores simples.

() Não se aplica.

() Redução de uso de recursos

Informar: _____.

(X) Não se aplica.

(X) Melhoria de controle

Informar: A padronização técnica dos 33 itens facilita o controle patrimonial e a gestão de estoque pelo Almoxarifado (SEALM), além de simplificar a manutenção realizada pela STIC, que passará a lidar com insumos e ferramentas de rede devidamente homologados e compatíveis entre si..

() Não se aplica.

(X) Redução de riscos

Informar: Mitigação crítica do risco de falhas tecnológicas durante o ciclo das **Eleições 2026**. A constituição de reserva técnica de periféricos e componentes garante que eventuais quebras ou necessidades extraordinárias em Zonas Eleitorais sejam supridas de imediato, assegurando a continuidade do processo de votação e apuração.

() Não se aplica.



() Cumprimento de determinação legal e/ou administrativa

Informar: _____.

(X) Não se aplica.

() Melhoria/adequação nas instalações físicas

Informar: _____.

(X) Não se aplica.

() Outro

Informar: _____.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição de materiais de informática gera impactos ambientais em diferentes fases do seu ciclo de vida. Abaixo, descrevem-se os principais impactos identificados e as medidas mitigadoras adotadas neste planejamento, em conformidade com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU/2025)** e o **PLS 2021-2026 do TRE-RO**:

Impacto:

O descarte inadequado de equipamentos e componentes eletrônicos, tais como dispositivos de armazenamento, memórias e periféricos, pode resultar em contaminação do solo e de recursos hídricos em razão da presença de metais e outros compostos potencialmente nocivos ao meio ambiente.

Medida

A Administração adotará procedimentos de gestão ambientalmente adequada para os resíduos eletroeletrônicos gerados ao final da vida útil dos produtos, observando as diretrizes da Lei nº 12.305/2010. Sempre que possível, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia utilizará sua estrutura institucional e instrumentos administrativos existentes para promover o reaproveitamento, desfazimento ou encaminhamento para reciclagem, inclusive por meio de parcerias com entidades ou programas de destinação ambientalmente adequada.

mitigadora:

Nos casos em que a destinação não puder ser realizada por meios institucionais, poderá ser exigida da contratada a comprovação de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mediante documentação idônea emitida por entidade ou empresa licenciada.

Justificativa: Tais medidas foram integradas como requisitos técnicos e ambientais no Capítulo 5 deste ETP, garantindo que o Tribunal cumpra a Lei nº 12.305/2010 e as metas de sustentabilidade do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 400/2021). A estratégia de mitigação foca na redução do impacto desde a escolha do material até o seu descarte final, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?

(X) Sim

() Não

Justificativa: _____.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Unidade Demandante
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

Josivane Adelino Ferreira
responsável (nome)

0000510-77.2025.6.22.8000

1486936v16



ANEXO III
TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – COMPRAS Nº 190/2026 -
PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEALM

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Formação de registro de preços para eventual aquisição de bens:

() permanentes

(X) consumo

materiais de insumos de informática, para suprir as demandas do ano Ordinário e Pleito Eleitoral, durante o **exercício de 2026**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Detalhamento dos bens que compõem a solução:

Item	Descrição	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade
1	Alicate de Crimpar Profissional RJ 11/RJ 45; Usado para corte de cabos e crimpagem: RJ45, RJ12 e RJ11 Material: Aço carbono empunhadura em PP Ref.: LITH-LT0001FM	326324	Unidade	20
2	Alicate Cat7 Ez crimpagem vazado Rj45/rj11/12 Profissional.	624152	Unidade	20
3	Alicate Decapador de cabo UTP (RJ45), STP, FTP, COAXIAL	458478	Unidade	10
4	Adaptador DisplayPort macho para HDMI fêmea, cor preta ou branca, tipo cabo adaptador, compatível com DP 1.1 e 1.2, mínimo 10cm do comprimento do cabo, resolução de saída suportada até 1080p, suporte “plug and play”. Embalagem Individual.	435888	Unidade	100
5	Adaptador DVI macho para HDMI na cor preta, suporte plug and play com parafusos de fixação e pino gold.	620713	Unidade	100
6	Adaptador DisplayPort macho para DVI fêmea, cor preta; resolução de saída suportada até 1080p, suporte “plug and play”. Embalagem Individual.	620713	Caixa c/ 305 metros	50
7	Adaptador DisplayPort macho para VGA fêmea, cor preta; Suporta: VGA analógico resolução de até 1920x1080 (WUXGA); Plug and Play (não requer instalação de software); Faixa De Frequência Vertical: 50/60Hz; Largura de Banda do Amplificador de vídeo: 2.25 Gbps/225 MHz; VGA: 480i/480p,	628125	Unidade	50



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	576p, 720p, 1080; ATI Eyefinity suporte multi-display; Embalagem Individual.			
8	Adaptador USB 3.0 para VGA; Entrada: Usb 3.0; Saída: Vga Fême; Conexão: Plug&play (Acompanha Drive de instalação caso não reconheça automaticamente); Comprimento: 20cm; Resoluções: 800x600, 1024x768, 1280x720, 1280x1024, 1920x1080.	428910	Unidade	30
9	Adaptador de Rede USB para RJ45 Ethernet Gigabit; Tipo de dispositivo: Adaptador de rede Fator de forma: Externo; Tipo de Interface (Bus) SuperSpeed USB 3.0; Rede Portas Gigabit Ethernet x 1; Tecnologia de Conectividade Com cabo: Tipo de cabo Ethernet 10Base-T, Ethernet 100Base-TX, Ethernet 1000Base-T; Protocolo de link de dados: Ethernet, Fast Ethernet, Gigabit Ethernet. Características: Suporta PXE; USB 3.0; Expansão / conectividade: Interfaces 1 x 1000Base-T - RJ-45; Largura: 2.03 cm; Profundidade: 15.2 cm: Altura 1.52 cm.	470246	Unidade	50
10	Adaptador de Rede USB para RJ45 Ethernet Gigabit; Tipo de dispositivo: Adaptador de rede Fator de forma: Externo; Tipo de Interface (Bus) SuperSpeed USB 3.0; Rede Portas Gigabit Ethernet x 1; Tecnologia de Conectividade Com cabo: Tipo de cabo Ethernet 10Base-T, Ethernet 100Base-TX, Ethernet 1000Base-T; Protocolo de link de dados: Ethernet, Fast Ethernet, Gigabit Ethernet. Características: Suporta PXE. Padrões de Conformidade: USB 3.0. Expansão / conectividade: Interfaces 1 x 1000Base-T - RJ-45; Largura: 2.03 cm; Profundidade: 15.2 cm: Altura 1.52 cm.	393258	Unidade	50
11	Adaptadores SSD SATA M.2; Entrada: Cabo USB, tipo A, macho, numa extremidade, para se conectar à urna; e tipo A ou C, macho, na extremidade que se conecta ao adaptador; Saída: M.2 M-Key; Padrão USB: USB 3.0, no mínimo; Tipos de drive suportado: M.2 SATA/SSD; Tamanho de drive suportado: 2280; Sistemas operacionais compatíveis: Windows 11 e Linux Ubuntu 22.04.	603830	Unidade	20
12	Cabo U/UTP CAT6 (transmissão de dados com velocidade acima da versão CAT5; ETHERNET 100 BASE TX; 1000 BASE T; 1000 BASE TX; ATM 155 MB/S; ATM 622MB/S; FDDI/CDDI 100MB/S; 100 BASE VG entre outros, temperatura de operação 5° a 40°C; temperatura de armazenamento -20° a 60°C; marcação sequencial métrica decrescente, cabo na cor azul, caixa com 305 metros	467549	Unidade	15
13	Cabo Hdmi 2.1 áudio e vídeo Ultra Hd Speed 2m Pontas douradas, uso em PC ou Televisor com entrada HDMI, cabo revestido em PVC de alta qualidade; cor preta; tamanho mínimo de 2 metros.	352973	Unidade	100



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	Embalagem individual.			
14	Cabo HDMI 2.0 4K HDR PIX, 10 Metros, 19 Pinos, com filtro; Total conformidade com o padrão HDMI 2.0; Atingem 18Gbps de largura de banda Permitem a resolução de 4K em 3D com até 60 quadros por segundo; 32 canais de som Proporção de imagem de cinema (21:9) para a melhor experiência em filmes e games; 19 pinos; Tamanho: 10m; Recursos: Versão 2.0; sRGB; YCbCr - 4:2:2/4:4:4; Áudio 24bit, 192Khz, 8 canais LPCM; Blu-Ray e HD DVD com resolução máxima; CEC - Controle de outros dispositivos; DVD Áudio; Super Áudio;- Deep Color até 48bit;- xvYYC;- Auto Lip-Sync;- Dolby True HD (Áudio 7.1);- DTS - HD Master (Áudio 7.1);- CEC Estendido;- 3D;- Canal Ethernet; Canal de retorno de áudio;- 4K@30Hz;- 4k@60Hz;- Suporte à espaço de cor Rec.2020;- Suporte à YCbCr 4:2:0;- 32 canais de áudio;- Áudio a 1536 Khz; 4 canais de vídeo simultâneos; 2 canais de vídeo simultâneos (Dual View); Conteúdo da embalagem: 01 Cabo HDMI 10m.	606882	Unidade	20
15	Cabo HDMI 2.0 4K UltraHD , 15 Metros, 19 Pinos com Filtro. Especificações: Áudio 24bit,192Khz,8 canais LPCM; Blu-Ray e HD DVD com resolução máxima.; CEC-(Controle de outros dispositivos); DVD ÁUDIO; Super ÁUDIO-CD; Deep Color até 48bit; xvYCC - Auto Lip-Sync- Dolby-True HD (Áudio 7.1); DTS-HD Master (Áudio 7.1); CEC Estendido; 3D; Canal Ethernet; Canal de Retorno de Áudio; 4K@60Hz;- Suporte a espaço de cor Rec.2020; Suporte a YCbCr:4:2:0- 32 canais de áudio;- Áudio a1536Khz;- 4 Canais de áudio simultâneos;- 2 Canais de vídeo simultâneos(DUAL VIEW);- Proporção 21:9;- Versão de clock máxima Mhz=600;- Largura de banda máxima Gbit/s=18 Nova versão 2.0-Atinge até 60 quadros por segundo (60Hz); Resolução de 4K, proporciona uma melhor experiência em jogos e filmes 32 canais de áudio. Fidelidade de áudio com frequência da amostragem de até 1536kHz; Suporta proporção Superwide (cinema) 21:9 com resolução de 4K a 50/60Hz. Largura de banda de 18Gbits por segundo, permite maiores frequências nas resoluções mais altas Conteúdo da Embalagem: 01 Cabo HDMI 15 metros	382957	Unidade	20
16	Cabo Extensor USB Ativo Especificações técnicas mínimas: – Cabo USB, mínimo 1,5 metro até 3 metros, conectores Macho X Fêmea e Amplificador de Sinal; – Conectores USB-A Macho (em uma ponta) X USB-A Fêmea (na outra ponta); – Compatível com protocolo o USB 3.0 (ou superior); – Cabo Blindado e amplificador de sinal; – Os equipamentos devem ser novos e embalados; – Deverá ter garantia de no mínimo, 12 (dozes) meses; Marcas/modelos de referência: Comtac: Cabo Usb Extensor;Roxiline: Cabo USB Ativo USB-A-M x USB.	416354	Unidade	100
17	Conector de rede RJ45 para cabo cat6: CARACTERÍSTICAS Material do corpo do produto: Termoplástico não propagante a chama UL 94V-0; Cor: transparente; Tipo de Conector: RJ-45 macho; Quantidade de vias: 08; Diâmetro do Condutor: 26 a 22 AWG; Tipo de cabo a ser utilizado: U/UTP CAT.6; Certificação: UL E173971; 08 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel; Temperatura de Operação: -	375963	Unidade	500



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	10° C a + 60° C; Atende FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética).			
18	Keystone CAT6: Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama; Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG; Permite montagem em padrão T568A/B com o mesmo part number; Categoria: CAT.6, ANSI/TIA/EIA-568C-2.1 (Balanced Twisted Pair Cabling Components)	473148	Unidade	50
19	Mouse óptico cor preto, Largura 6.29 cm; Profundidade 11.53 cm; Altura 3.89 cm; Peso 98 g design ergonômico e ambidestro, conexão com fio via USB, tecnologia óptica e resolução mínima de Ajustável em 4.00, 8.00, 1.600 e 3.200 (padrão), com 5 botões com funções específicas; Tecnologia de detecção de movimento Laser; Características Roda de rolagem / inclinação mecânica	274429	Unidade	150
20	Mouse vertical ergonômico: Valor nominal do sensor: 1000 dpi & 1600 dpi. DPI (valores mínimo e máximo): 400 a 4000 dpi. Quatro botões personalizáveis. Bateria: recarregável Li-Po (240 mAh). Software opcional: compatível com Logitech Options. Alcance sem o: 10 m. Ângulo vertical de 57° para ótima postura ergonômica e desempenho. Sensor de alta precisão de 4000 DPI para um movimento quatro vezes menor da mão. Recarregável com carregamento rápido. Mouse - Altura x largura x profundidade: 78,5 mm x 79 mm x 120 mm. Peso do mouse (com a pilha): 135 g. Três maneiras de conexão: via Bluetooth®, receptor Logitech Unifying ou cabo de carregamento USB-C. 12 meses de garantia. Modelo: Anexo II - Imagens referências dos produtos (1379323).	464166	Unidade	100
21	MousePad "Gamer" Grande: Tipo: mousepad speed - Comporta teclado e mouse; - Dimensões: 70 cm x 30 cm - Material: jacquard premium - Cor: Preto- Superfície Speed resistente à água, antiderrapante	465456	Unidade	200
22	Teclado com conexão USB, padrão ABNT 2, na cor preta, Função de Teclas de Atalho Volume, mudo, leitura/pausa, retrocesso, avanço; Estilo de teclas Chiclete; Localização e Disposição Português; Largura 44.2cm; Profundidade 12.7 cm; Altura 2.44 cm Peso 503 g, com garantia mínima de 12 meses.	451817	Unidade	150
23	Teclado ergonômico sem fio, com design curvado, projetado para promover postura adequada durante a digitação e reduzir esforço repetitivo, dotado de apoio de pulso acolchoado integrado ou equivalente funcional. Deverá possuir dupla conectividade, sendo Bluetooth e receptor USB, com alcance mínimo de 10 (dez) metros em ambiente interno, conforme especificações do fabricante. A autonomia da bateria deverá ser de até 36 (trinta e seis) meses, considerando uso padrão, admitida variação conforme condições de utilização, desde que comprovada em documentação técnica. O teclado deverá ser compatível com os principais sistemas operacionais, incluindo Windows 10 ou superior, macOS 11 ou superior, Linux e ChromeOS, sendo aceita compatibilidade adicional com Android e iPadOS. Deverá permitir personalização de funções por meio de software próprio do fabricante ou equivalente, quando aplicável. O produto deverá ser novo, sem uso, acondicionado em embalagem original de fábrica, acompanhado de receptor USB, pilhas ou bateria para funcionamento imediato, manual do usuário e termo de garantia. A garantia mínima deverá ser de 12 (doze) meses, sendo 03 (três) meses de	284589	Unidade	200



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	garantia legal e 09 (nove) meses de garantia contratual, prestada pelo fabricante ou fornecedor autorizado. Modelo: Anexo II - Imagens referências dos produtos (1379323).			
24	Teclado ergonômico: Estrutura com divisão e curvatura ergonômica. Suporte de pulso almofado com 3 camadas de conforto, Multi Device e Conexão Dupla via USB e Bluetooth, apoio para as mãos com elevação ajustável. Conectividade: Receptor USB e Bluetooth. Tipo de pilha: Duas pilhas AAA. Alcance sem fio: até 10 metros. Aplicativo de personalização: Suportado pelo Logi Options+ no Windows e MacOS 5; 3 camadas de conforto e suporte, resistente a manchas. Espuma de alta densidade. Levantamento de palma ajustável. Teclado numérico integrado. Até 2 anos de vida útil da bateria. Com 2 (duas) pilhas inclusa. Modelo: Anexo II - Imagens referências dos produtos (1379323).	244998	Unidade	80
25	WEBCAM (Câmeras para videoconferência) Resolução: Full HD (1920x1080 pixels) ou superior é recomendado para imagens nítidas. Taxa de Quadros (FPS): 30 FPS ou mais para fluidez de vídeo. Foco: Foco automático e ajuste manual para diferentes cenários. Microfone: Microfone embutido com boa qualidade de áudio para videoconferências. Conectividade: Interface USB 2.0 ou superior para fácil instalação e compatibilidade. Compatibilidade: Compatibilidade com softwares de videoconferência (Zoom, Teams, etc.) e plataformas de streaming. Garantia: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Outros: Ajuste de ângulo, base estável, e luz LED (opcional, mas útil em ambientes com pouca luz).	480444	Unidade	170
26	Headset Stereo Especificações técnicas - Áudio (saída/alto-falante); Tamanho do alto-falante 27mm; Resposta de frequência 20Hz - 20kHz; Resposta de frequência (modo de música) 20Hz - 20kHz Resposta de frequência (modo de conversação) 20Hz - 20kHz; Sensibilidade do driver do alto-falante 95 dB±3 dB; Cancelamento de ruído Passivo Áudio (entrada/microfone) - Cancelamento de ruído (microfone) Sim; Tipo de microfone ECM; Faixa de frequência do microfone 150 Hz a 15 kHz; Direção do microfone; Unidirecional Sensibilidade -38 dBV/Pa; Relação sinal-ruído (SNR) 58 dB; Microfone tipo boom Rotacional de 270° (pode ser usado na esquerda ou direita); Design e ajuste - Form Factor Supra-auricular; Weight 121 g /0,27 lb;; Ear Cup Size (Diameter) 58 mm +/-1 mm; Headband Material Plástico; Ear Cushion Material Couro sintético; Stacking/Stowing +/- 90 graus Conectividade - Conexão com o PC USB-A com fio; Comprimento do cabo (incluindo controlador) 2,9 m; Porta de conexão USB-A (plugue), tomada de 3,5 mm Controles, indicadores - Controle em linha Sim; Controles de botão Ativar/desativar o microfone; Aumentar/diminuir o volume Ligar/desligar o áudio; Luz indicadora de status Sim (verde e vermelho no painel de controle) Certificações - Sem certificação, mas pode ser usado com o Microsoft Teams, o Zoom e outras plataformas conhecidas de comunicação unificada; Software Suporte para sistema operacional (hardware) Win11/10 de 64 bits Mac OS	430679	Unidade	250
27	Fone de Ouvido; Almofadas fechadas nos fones de ouvido para máximo isolamento; Tipo "headfone" com haste ajustável (não serão aceitos fones que, para seu uso, devam ser encaixados dentro do ouvido do usuário); Faixa de Frequência: no mínimo, entre 10 - 22.000 Hz; Impedância: 32 Ohms;	482185	Unidade	150



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	Conector: P2 estéreo de 3,5 mm (para conexão com a urna eletrônica); Comprimento do cabo: no mínimo, 1,2 metro; Não possuir microfone integrado; Não possuir ajuste de volume.			
28	<p>Fone de ouvido estéreo descartável, destinado à reprodução de áudio em ambientes institucionais, especialmente para uso temporário por usuários diversos, sem possibilidade de reutilização, assegurando condições de higiene e segurança.</p> <p>Características elétricas: Impedância nominal de 32 ohms (Ω), com tolerância de $\pm 15\%$. Potência nominal mínima de 2 mW e potência máxima de 10 mW. Sensibilidade sonora entre 90 dB e 102 dB SPL, com tolerância de ± 3 dB. Canais esquerdo e direito em fase. Distorção harmônica total (THD) máxima de 5% na faixa de frequência de 125 Hz a 8 kHz. Resposta em frequência mínima de 125 Hz a 8 kHz.</p> <p>Características mecânicas: Conexão por meio de plugue P2 (3,5 mm) do tipo TRS (Tip–Ring–Sleeve), estéreo, sem terceira via (não TRRS). Cabo com comprimento mínimo de 1,2 (um vírgula dois) metros. O produto não deve possuir microfone, botões de volume ou quaisquer outros controles, seja no cabo ou nas cápsulas.</p> <p>Dimensões do conector P2: Diâmetro nominal de 3,5 mm; comprimento aproximado do plugue metálico de 13 mm; ângulo da ponta de aproximadamente 45°. Compatível com conectores P2 fêmea padrão, conforme normas técnicas aplicáveis.</p> <p>Requisitos adicionais: Produto novo, de uso individual, fornecido em embalagem lacrada e individual, caracterizando-o como descartável após o uso. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Modelo: Anexo II - Imagens referências dos produtos (1379323).</p>	278311	Unidade	5000
29	HD externo portátil, capacidade de armazenamento de 1TB, interface USB 3.0 (compatível com USB 2.0), alimentação via USB (mesmo cabo de dados), compatibilidade com sistema Windows nas versões 10, 8.1 ou 7, tecnologia plug-and-play, conteúdo da embalagem: 1 HD Externo, 1 cabo USB.	150347	Unidade	100
30	Pen Drive (memória portátil) USB 3.0 com capacidade mínima de armazenamento de 32 Giga Bytes; Dispositivo deve ser “plug and play” e prescindir da necessidade do uso de cabos, fonte de alimentação ou bateria para funcionamento; Suportar detecção automática; velocidade de leitura mínima 40 MB/s e de gravação 10 MB/s; Compatibilidade com sistemas operacionais: Microsoft Windows 7, Windows 8, Windows 10, Linux e Mac; Possuir orifício no corpo do pen drive para prender em cordão ou chaveiro; Garantia mínima de 12 meses	355671	Unidade	150
31	Módulo de memória RAM - DDR5 SDRAM de 16 GB, com velocidade de 4.800 MHz compatível com a placa mãe Dell Inc. Modelo 0NNYWM Revisão A00.	150378	Unidade	50
32	Expansor Hub Usb 3.0 4 Portas Com Led Super Rápido 5.0 Gbps Especificações técnicas mínimas: – Compatível com o padrão USB 3.0, USB 2.0 e USB 1.1; – Compatível com sistemas operacionais Windows 10 e superior nas versões de 32 e 64 bits; – Velocidade de transferência mínima: 5Gbps (USB3.0) – LED indicador de funcionamento; – Tensão: 5VDC; – Quantidade de portas USB 3.0: 4 portas; – Plug and Play (sem necessidade de instalação de drivers adicionais); – Os equipamentos devem ser novos e embalados; – Deverá ter garantia de, no mínimo, 12 (dozes) meses; – Deve vir com todos os itens necessários para seu funcionamento; Marcas/modelos de referência: Tp-link UH400 ou UH700; •Hi-speed: Hub Usb 3.0 - 4 Portas	608233	Unidade	200



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	com fonte.			

1.3 Objeto de qualidade comum, de acordo com o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021?

(X) Sim.

() Não, trata-se de bens especiais.

1.4 Parcelamento, de acordo com o ETP:

() Não;

(X) Sim. A solução será dividida em itens, permitindo aquisição e entrega de forma parcelada, conforme planejamento definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.5 O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.5.1 O fornecimento de bens é enquadrado como **não contínuo**, conforme apontado no ETP, anexo deste TR.

1.6 O Termo de Referência e o Edital oferecem o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, tendo em vista a substituição do termo de contrato pela Nota de Empenho, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente demanda consiste na formação de registro de preços para a aquisição eventual de materiais de insumos de informática, destinados a suprir as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

A contratação é fundamental para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais deste Tribunal, garantindo que os equipamentos e sistemas institucionais permaneçam em pleno funcionamento. Insumos de informática são materiais de consumo essenciais para o suporte diário às unidades, e sua falta impacta diretamente a produtividade e a prestação de serviços jurisdicionais.

O objetivo central é evitar a descontinuidade do suporte tecnológico e o desabastecimento de materiais críticos, especialmente considerando a excepcionalidade do ano eleitoral de 2026. Durante o período eleitoral, as atividades deste Regional são severamente intensificadas, resultando em um uso exaustivo de materiais de informática, o que exige a manutenção de um estoque estratégico para garantir o atendimento tempestivo às demandas das diversas unidades.

Sob a perspectiva do interesse público, os benefícios desta contratação incluem:

- **Garantia da Atividade-Fim:** Assegura que a infraestrutura tecnológica necessária para a realização do pleito eleitoral de 2026 esteja devidamente suprida.
- **Eficiência Operacional:** Permite que o Tribunal responda de forma ágil a eventuais necessidades de substituição ou complemento de insumos, mantendo a fluidez dos processos administrativos.
- **Continuidade do Serviço:** Mitiga riscos de paralisação de sistemas por falta de periféricos ou componentes básicos de hardware, protegendo a integridade das operações institucionais.

Registre-se, por fim, que a contratação contempla o atendimento às recomendações constantes da Análise Ergonômica do Trabalho – AET, realizadas no âmbito das Zonas Eleitorais e das Secretarias deste Tribunal, conforme Processo SEI nº [0000150-45.2025.6.22.8000](#), bem como às orientações do Serviço de Assistência Médica e Social – SAMES, consignadas no Processo SEI nº [0000366-06.2025.6.22.8000](#).

Nesse contexto, a aquisição preventiva de dispositivos ergonômicos, tais como teclados e mouses ergonômicos, visa à promoção da saúde ocupacional dos servidores e à prevenção de agravos relacionados ao trabalho, em consonância com as boas práticas de gestão e segurança do trabalho

Conclui-se, portanto, que a formalização desta demanda é medida essencial para mitigar o risco de desabastecimento técnico no âmbito deste Regional. A contratação visa assegurar que o Tribunal disponha de estoque suficiente para o atendimento tempestivo às unidades, especialmente diante do aumento expressivo no consumo de materiais previsto para o ano eleitoral de 2026. Tal planejamento garante a continuidade das atividades administrativas e operacionais, preservando a eficiência da infraestrutura tecnológica necessária para o cumprimento da missão institucional.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A solução pretendida consiste na formação de Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição eventual e parcelada de materiais, classificados como bens comuns de consumo, destinados a suprir as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, abrangendo a Sede, as Zonas Eleitorais do interior e os postos temporários de atendimento.

A contratação é essencial para assegurar a continuidade das atividades administrativas, operacionais e jurisdicionais, garantindo que os equipamentos, sistemas e rotinas institucionais permaneçam em pleno funcionamento. Os materiais contemplados constituem insumos indispensáveis ao suporte diário das unidades, e sua indisponibilidade impacta diretamente a produtividade institucional e a adequada prestação dos serviços eleitorais e administrativos.

A solução abrange materiais de insumos de informática, totalizando 33 itens, incluindo periféricos (mouses, teclados, webcams e headsets), componentes de hardware (memórias DDR5, SSDs e HDs), cabeamento estruturado (CAT6 e cabos HDMI), adaptadores diversos, acessórios de conectividade e ferramentas de rede. Todos os itens são amplamente disponíveis no mercado, com padrões de desempenho, qualidade e segurança objetivamente definidos em especificações técnicas usuais e, quando existentes, em normas técnicas aplicáveis, possibilitando descrição precisa do objeto e julgamento objetivo das propostas.

O modelo de contratação por Sistema de Registro de Preços foi definido com o objetivo de evitar a descontinuidade do suporte tecnológico e o desabastecimento de materiais críticos, especialmente diante da excepcionalidade do ano eleitoral de 2026, período em que as atividades deste Regional são significativamente intensificadas, resultando em consumo elevado e previsível de insumos de informática. Nesse contexto, a manutenção de estoque estratégico mostra-se indispensável para assegurar o atendimento tempestivo às demandas das diversas unidades.

Considerado o ciclo de vida do objeto, a solução compreende as seguintes etapas:

- (a) especificação e seleção dos itens com base em padrões consolidados de mercado, garantindo compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente, observância às normas técnicas aplicáveis e adequação ao uso institucional;
- (b) aquisição, mediante procedimento licitatório por SRP, possibilitando fornecimento eventual e parcelado conforme a necessidade das unidades, com especial atenção ao aumento da demanda no período eleitoral de 2026;
- (c) recebimento, conferência, armazenamento e controle dos materiais pelo Tribunal, por intermédio do almoxarifado central, assegurando rastreabilidade, controle de estoque e distribuição racional;
- (d) distribuição e utilização nas unidades administrativas, cartorárias e eleitorais, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade da infraestrutura tecnológica;
- (e) uso contínuo e substituição de itens defeituosos, conforme a garantia legal aplicável; e
- (f) destinação final ambientalmente adequada, ao término da vida útil, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais de sustentabilidade, no que couber.

Conclui-se que a solução adotada é tecnicamente adequada, economicamente racional e alinhada ao interesse público, por assegurar a disponibilidade contínua de insumos essenciais, mitigar riscos de desabastecimento técnico e preservar a eficiência da infraestrutura tecnológica do Tribunal, especialmente diante do aumento expressivo do consumo previsto para o **ano eleitoral de 2026**, garantindo o pleno cumprimento da missão institucional.

3.2 FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- () Não se aplica, de acordo com o ETP.
- (X) Será formado SRP, de acordo com as justificativas do ETP.



3.2.1 Haverá uma quantidade máxima a ser adquirida para cada item/grupo?

- ☐ Não;
☒ Sim, de acordo com os máximos da tabela do subcapítulo 1.2.

3.2.2 Quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens, de acordo com o quadro adiante:

Não haverá quantidade mínima a ser cotada, será de acordo com o máximo.

3.2.3 Haverá possibilidade de prever preços diferentes?

- ☒ Não;
☐ Sim, **porque:**
☐ O objeto será entregue em locais diferentes, a saber: **(inserir justificativa para a adoção e quadro/tabela com os itens que serão entregues em locais diferentes).**
☐ em razão da forma e do local de acondicionamento: **(inserir justificativa para a adoção da medida e quadro/tabela relacionando os itens com as respectivas diferenças entre as formas e os locais de armazenamento).**
☐ admitida cotação variável em razão do tamanho do lote: **(inserir justificativa para a adoção da medida e quadro/tabela com os diversos tamanhos dos lotes para os itens).**
☐ outros motivos justificados: **(inserir justificativa para a adoção da medida):** _____.

3.2.4 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no termo de referência, obrigando-se nos limites dela?

- ☐ Sim.
☒ Não, por ausência de regulamentação do tema.

3.2.5 Será adotado o critério de julgamento de menor preço por:

- ☒ item
☐ Grupo (**justificativa:** _____), devendo ser observado o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos. A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

3.2.6 Será permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido?

- ☒ Não;
☐ Sim, porque: **(conforme indicação do valor máximo da despesa, estando vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata).**
☐ É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;
☐ Trata-se de alimento perecível.

3.2.7 Divulgação da IRP:

- ☐ Não, justificativa: _____.
☒ Sim.



a) Caso outros órgãos ou outras entidades manifestem interesse em aderir à IRP, no prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto nº 11.462, de 2023, deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- i. Quantitativo total;
- ii. Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);
- iii. Cronograma de aquisição;
- iv. Endereço completo do local de entrega;
- v. Disponibilidade orçamentária, se for o caso;
- vi. Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

b) Considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão a IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior ao quantitativo mínimo estipulado no cronograma constante neste ETP.

3.2.8 Há possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades que não tenham participado do certame?

(X) Sim.

() Não.

3.2.9 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462, de 2023):

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) os preços registrados serão reajustados respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para o reajuste dos preços contratados.

3.2.10 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, 2021.

A possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado na Ata de Registro de Preços está condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes requisitos, conforme o Parecer nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU:

1. Comprovação da manutenção do preço vantajoso para a Administração Pública mediante pesquisa de mercado atualizada;
2. Existência de previsão expressa para renovação no edital e na Ata de Registro de Preços;
3. Inclusão da possibilidade de renovação no planejamento da contratação;
4. Prorrogação da Ata de Registro de Preços realizada dentro do prazo de vigência inicial.

Considerando o histórico de consumo dos bens de materiais de expediente e visando garantir a continuidade do fornecimento, a economicidade e eficiência na execução do objeto, o planejamento desta contratação contempla expressamente a possibilidade de renovação da Ata por igual período, com eventual reajuste nos quantitativos registrados, para acompanhar as variações da demanda institucional, observados os requisitos legais e administrativos acima mencionados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Sustentabilidade: ambiental, econômica, social e cultural:

4.1 () não se aplica, conforme justificado no ETP.

(X) De acordo com os requisitos do ETP.

A contratação de materiais e insumos de informática gera impactos ambientais, uma vez que tais bens/itens são classificados como potencialmente poluidores e geradores de resíduos sólidos Classe I – perigosos. Para mitigação desses impactos, serão adotadas as seguintes medidas:

(i) aquisição de bens com menor consumo de energia e recursos naturais;

(ii) não será exigida comprovação de sistema de logística reversa, considerando que o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) dispõe de política própria de gerenciamento de resíduos perigosos, prevista no Plano de Logística Sustentável (PLS 2021–2026) e no Programa de Sustentabilidade Ambiental do TRE-RO, conforme Portaria Conjunta TRE-RO nº 3/2023, bem como sua participação na Ata de Registro de Preços nº 13/2025 ([1423766](#)), decorrente do Pregão Eletrônico nº 90002/2025, referente à contratação compartilhada de serviço de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos perigosos, gerenciada pelo TRT da 14ª Região.

A contratação está alinhada ao PLS deste órgão.

Regularidade Ambiental (CTF/IBAMA):

Considerando a natureza dos produtos eletroeletrônicos constantes deste Termo de Referência, especialmente aqueles compostos por componentes eletrônicos, plásticos e metais, será exigida a comprovação de regularidade do fabricante sujeitos ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/IBAMA, instituído pela Lei nº 6.938/1981 e regulamentado pela Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

A exigência fundamenta-se no art. 17 da Lei nº 6.938/1981, na Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, na Lei nº 12.305/2010 e no Decreto nº 10.936/2022, que dispõem sobre o controle de atividades potencialmente poluidoras e sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Tal verificação não constitui requisito de habilitação do licitante e poderá ser realizada na fase de aceitação do objeto ou durante a execução contratual.

Para fins de enquadramento, os produtos objeto deste Termo de Referência inserem-se na categoria **Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicações**, código **5-2**, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021. ([Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 2021](#)).

A exigência aplica-se à cadeia produtiva dos seguintes itens:

- a) Item 19 – Mouse óptico USB
- b) Item 20 – Mouse ergonômico vertical
- c) Item 22 – Teclado sem fio padrão corporativo ABNT2
- d) Item 23 – Teclado ergonômico
- e) Item 24 – Teclado ergonômico com apoio de pulso
- f) Item 25 – Webcam Full HD 1080p
- g) Item 26 – Headset estéreo com microfone
- h) Item 27 – Fone de ouvido tipo headphone
- i) Item 29 – HD externo portátil

4.1.2 Forma e momento de avaliação

a) O atendimento aos critérios de sustentabilidade será verificado de forma objetiva, exclusivamente:

a1) na fase de julgamento das propostas, mediante análise da conformidade do produto ofertado com as especificações técnicas e ambientais previstas no Termo de Referência; e

a2) na fase de aceitação do objeto, quando aplicável, por meio da análise de documentação técnica usual do produto, tais como fichas técnicas, rótulos, declarações do fabricante.



b) Não serão adotados critérios subjetivos ou discricionários, tampouco exigidas certificações ambientais específicas que não estejam expressamente previstas no instrumento convocatório, de modo a preservar a ampla competitividade do certame.

Documentos de Referência

Para fins de transparência e ciência dos licitantes, informam-se os links dos documentos mencionados, esclarecendo-se que deles não decorrem exigências adicionais ao objeto contratado:

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª Edição):
https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf

Plano de Ações de Sustentabilidade 2025–2026 do TRE-RO:
<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/sustentabilidade>

4.1.5 Destinação de resíduos e embalagens

A destinação final ambientalmente adequada das embalagens pós-consumo e dos resíduos gerados será realizada pelo TRE-RO, por meio do contrato vigente de gerenciamento de resíduos, coleta seletiva e logística reversa, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e com o Plano de Ações de Sustentabilidade do TRE-RO, não recaindo sobre a contratada qualquer responsabilidade onerosa adicional.

4.1.6 Qualidade e Segurança dos Produtos:

Os produtos deverão atender às normas técnicas de qualidade e baixa toxicidade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 25, II, e art. 11, §1º, IV, sendo este critério aplicável a todos os produtos adquiridos

4.2 Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: _____.

NÃO SE APLICA.

4.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (apenas quando ocorreu esse procedimento prévio):

NÃO SE APLICA.

4.4 Da exigência de amostra (apenas quando exigível):

4.4 A apresentação de prospecto, imagem e link do produto pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar não é obrigatória, ficando a critério da unidade demandante solicitar tais informações para melhor análise. Caso, ainda assim, não seja possível verificar a adequação do material, poderá ser requerida amostra do produto, cuja entrega ocorrerá em data, horário e local previamente divulgados no sistema. A sessão de análise da amostra terá presença facultada a todos os interessados, inclusive aos demais fornecedores participantes.

4.5 A critério da unidade técnica, poderá ser exigida a apresentação de amostra do produto para testes de desempenho e qualidade.

4.5.1 Caso o produto ofertado seja de conhecimento prévio desta Administração e já tenha sido analisado e aprovado em contratações anteriores, poderá ser dispensada a apresentação de catálogo, prospecto ou amostra, a critério da unidade demandante.

4.6 Serão exigidas amostras, a critério da Administração, para quaisquer itens em que a análise documental (prospecto) seja insuficiente para sanar dúvidas quanto à qualidade ou conformidade com as especificações.

4.7 As amostras (quando solicitadas) deverão ser entregues no endereço: Seção de Almoxarifado - SEALM, Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Porto Velho/RO, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.8 É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada do interessado pelo chat, antes de findo o prazo de entrega.



4.9 No caso de não haver entrega da amostra (quando exigida) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.10 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) **Conformidade visual e dimensional:** Verificação da compatibilidade das dimensões, materiais, características construtivas e acabamento do produto ofertado com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

4.10.1. Comprovação Técnica do Produto: Juntamente com a proposta, o licitante deverá informar ou apresentar, conforme o tipo de produto ofertado:

I – Disposições comuns a todos os produtos

- a) Identificação do produto ofertado, contendo marca, fabricante e modelo, quando couber;
- b) Sempre que disponível, manual técnico ou ficha técnica do produto;
- c) Indicação de certificações legais ou voluntárias aplicáveis, incluindo Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, quando exigido.

II - Disposições técnicas específicas:

a) Os materiais deverão ser compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente no Tribunal, utilizando interfaces padronizadas e amplamente difundidas no mercado, tais como USB, HDMI, DisplayPort, RJ45 e SATA, observando, quando aplicável, o funcionamento em modo plug-and-play.

b) Os teclados, inclusive os modelos ergonômicos, deverão possuir layout no padrão brasileiro ABNT2, com disposição de teclas compatível com o idioma português do Brasil, contendo obrigatoriamente a tecla “Ç” e os demais caracteres próprios do padrão, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, admitindo-se configuração ergonômica do teclado desde que não comprometa a disposição das teclas do referido padrão.

III - No que se refere ao desempenho mínimo:

- 1. Os cabos de rede deverão ser, no mínimo, da categoria CAT6, compatíveis com redes Gigabit Ethernet;
- 2. Os cabos de vídeo deverão suportar resoluções compatíveis com Ultra HD 4K ou superiores, conforme especificação de cada item;
- 3. Os módulos de memória e dispositivos de armazenamento deverão atender aos padrões tecnológicos definidos, assegurando compatibilidade com equipamentos de geração atual.

IV - As ferramentas incluídas na contratação deverão possuir características de robustez e ergonomia compatíveis com uso profissional.

V - Observações gerais:

1) A comprovação de conformidade ambiental (CTF/IBAMA, quando aplicável) não constitui requisito de habilitação do licitante, limitando-se à verificação da conformidade do produto ofertado como condição para sua aceitação, garantindo:

1.1. Atendimento aos requisitos técnicos de segurança e desempenho;

1.2 Conformidade ambiental e legal do produto, conforme Lei nº 6.938/1981, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022, IN IBAMA nº 13/2021 e art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

2) As normas técnicas da ABNT, embora não compulsórias para aquisição pela Administração Pública, devem ser consideradas como referência para assegurar padronização, segurança, desempenho e durabilidade dos produtos, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências legais aplicáveis.

4.11. Da exigência de carta de solidariedade (apenas quando exigível):

NÃO SE APLICA.

4.12 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.



Subcontratação:

4.13 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.14 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Procedimentos prévios à contratação:

5.1 Na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, será firmado

() contrato;

(X) o contrato será substituído por nota de empenho (art. 95, II, Lei Nº 14.133, de 2021).

5.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa ou para a assinatura do contrato, a adjudicatária ou compromissária da ARP deverá apresentar regularidade, podendo substituir as certidões junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

5.2.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

5.3 Após a homologação do certame e a comprovação da regularidade da adjudicatária, serão realizados os seguintes procedimentos:

5.3.1 Havendo previsão de lavratura de **ata de registro de preços** e/ou de instrumento de **contrato**, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar o cadastro de seus representantes legais como usuários externos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e enviar a documentação solicitada pela referida unidade;

5.3.2 Em seguida, a adjudicatária será convocada por mensagem eletrônica (e-mail) para, no mesmo prazo indicado anteriormente, realizar a assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou do instrumento de contrato.

5.3.3 Nas contratações com utilização de nota de empenho de despesa em substituição ao contrato, a Seção de Contratos do TRE-RO enviará esse instrumento à adjudicatária, em formato PDF e via e-mail, devendo essa confirmar o recebimento do documento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de envio desse e-mail.

5.3.4 O prazo máximo mencionado neste tópico poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do interessado durante seu transcurso, devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

5.4 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail será feita a assinatura presencial dos instrumentos mencionados, assim como a entrega da nota de empenho referida.

5.5 O descumprimento desse prazo máximo ou a recusa em realizar os procedimentos indicados poderá ensejar a apuração de descumprimento pela Administração e a aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária e/ou contratada.

5.6 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária ou compromissária da ARP, das obrigações estabelecidas nesta seção implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (§ 5º do art. 90 c/c art. 155, VI c/c art. 156, II, todos da Lei 14.133/2021 - Não celebrar o contrato). Nessa situação os remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições ou negociar nos limites do valor estimado atualizado da contratação (§ 2º c/c § 4º do art. 90 da Lei 14.133, de 2021).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Condições de entrega:

5.7 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos consecutivos, contados da confirmação de recebimento da nota de empenho em acordo com 5.3.3 deste TR, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada (não contínua), conforme as quantidades demandadas pela Administração.

5.7.1 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições do cronograma de entrega, descrito na tabela abaixo:

Tabela 3 - Cronograma de aquisição					
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE	1º SEMESTRE DE 2026	2º SEMESTRE DE 2026	QUANTIDADE MÍNIMA PARA CADA COMPRA
1	Alicate de crimpar profissional para RJ45/RJ11/RJ12	20	10	10	10
2	Alicate de crimpagem EZ para cabos CAT7, tipo vazado	20	10	10	10
3	Alicate decapador de cabo UTP RJ45	10	5	5	5
4	Adaptador DisplayPort macho para HDMI fêmea	100	50	50	15
5	Adaptador DVI macho para HDMI fêmea	100	50	50	15
6	Adaptador DisplayPort macho para DVI fêmea	50	25	25	15
7	Adaptador DisplayPort macho para VGA fêmea	50	25	25	10
8	Adaptador conversor USB 3.0 para VGA	30	15	15	10
9	Adaptador de rede USB Tipo-C para RJ45 Ethernet	50	25	25	10



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

10	Adaptador de rede USB para RJ45 Ethernet	50	25	25	10
11	Adaptador para SSD M.2 SATA	20	10	10	5
12	Cabo de rede CAT6 (caixa com 305 metros)	15	8	7	5
13	Cabo HDMI 2.1 Ultra High Speed – 2 m	100	50	50	15
14	Cabo HDMI 2.0 4K HDR – 10 m	20	10	10	10
15	Cabo HDMI 2.0 4K Ultra HD – 15 m	20	10	10	10
16	Cabo extensor USB – 1,5 a 3 m	100	50	50	15
17	Conector de rede RJ45 para cabo CAT6	500	250	250	200
18	Keystone jack CAT6	50	25	25	15
19	Mouse óptico USB	150	75	75	20
20	Mouse ergonômico vertical	100	50	50	20
21	Mousepad tipo gamer	200	100	100	25
22	Teclado sem fio padrão corporativo ABNT2	150	75	75	25
23	Teclado ergonômico	200	100	100	25



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

24	Teclado ergonômico com apoio de pulso	80	40	40	20
25	Webcam Full HD 1080p	170	85	85	30
26	Headset estéreo com microfone	250	125	125	50
27	Fone de ouvido tipo headphone	150	75	75	50
28	Fone de ouvido descartável	5000	2500	2500	1000
29	HD externo portátil	100	50	50	25
30	Pen drive USB 32 GB	150	75	75	50
31	Módulo de memória RAM DDR5	50	25	25	15
32	Hub USB 3.0 – 4 portas – 5 Gbps	200	100	100	50

5.8 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar pelo e-mail: sealm@tre-ro.jus.br, da unidade gestora do contrato as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.9 Os bens deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 9h às 17h, na Seção de Almoxarifado - SEALM, Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76.805-901. Telefone para agendamento: (069) 3211-2268/2051/2278/2092.

5.10 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia:

5.11 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.23 Deveres e Responsabilidades do contratante:

5.23.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;

5.23.2 Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais;

5.23.3 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;



5.23.4 Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

5.23.5 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

5.23.6 Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens;

5.23.7 Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

5.23.8 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

5.23.9 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

5.23.10 Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material fornecido em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

5.23.11 Receber os bens, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

5.23.12 Realizar o pagamento dos bens entregues na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato;

5.23.13 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

5.24 Deveres e Responsabilidades da Contratada:

5.24.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto (entrega dos bens) nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no edital e neste Termo de Referência;

5.24.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado da contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

5.24.3 Indicar um preposto ou canal de atendimento (e-mail/telefone) para ser o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas da Nota de Empenho, agendamento de entregas e substituição de materiais;

5.24.4 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à entrega dos bens ou especificações técnicas;

5.24.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceita a transferência de responsabilidade a terceiros, exceto quanto à garantia prestada pelo fabricante;

5.24.6 (Prejudicado). *Nota: Vedada a subcontratação conforme item 4.17 deste TR.*

5.24.7 Substituir, às suas expensas, os materiais que não forem aprovados pela fiscalização ou que apresentarem defeitos, cumprindo a obrigação em até **20 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da notificação;

5.24.8 Comunicar ao gestor ou fiscal, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a entrega dos bens nos prazos estabelecidos;

5.24.9 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto, tais como: fretes, tributos, taxas, seguros, embalagens, carga, descarga e quaisquer outros custos necessários até a entrega definitiva no Almoxarifado do Tribunal;

5.24.10 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos (entregadores), durante a execução da entrega;



5.24.11 Garantir o sigilo sobre quaisquer dados ou informações internas do Tribunal que venham a ter acesso em razão da entrega dos materiais;

5.24.12 Manter, durante toda a vigência da contratação e da garantia, as condições de habilitação exigidas na licitação;

5.24.13 Observar e cumprir a Instrução Normativa nº 3/2024 deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a Política de Integridade nas contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão, especialmente no que tange à vedação de práticas ilícitas e anticorrupção (Lei n. 12.846/2013);

5.24.14 Comunicar-se sempre por escrito com o gestor e fiscal da contratação para formalizar agendamentos e ocorrências;

5.24.15 Cumprir as demais disposições legais aplicáveis, especialmente as Instruções Normativas do INMETRO e normas da ABNT NBR referentes aos itens fornecidos, conforme detalhado neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 As comunicações entre o Tribunal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica via e-mail para esse fim;

6.4 O Tribunal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório e definitivo e acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Setorial



NÃO SE APLICA.

6.8 O fiscal setorial, quando houver, acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas do Tribunal.

6.8.1 Ao fiscal setorial competirá, no setor por ele fiscalizado, as atribuições do fiscal técnico ou administrativo.

Fiscalização Administrativa

6.9 O fiscal administrativo do contrato, quando houver, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

6.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.10 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

1. Validação de Certificações: No ato da entrega, o fiscal deverá verificar se os itens de papelaria ostentam o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme exigido pela Portaria nº 423/2021.
2. Integridade da Carga: Conferência das quantidades entregues frente à Nota Fiscal e ao Empenho, observando se as embalagens estão lacradas e livres de avarias que possam comprometer o material (umidade ou rasgos).
3. Prazo de Validade: Verificação de que itens químicos possuem, no mínimo, 12 meses de validade remanescente a partir da data de entrega.

Gestor do Contrato

6.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.14 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.16 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.17 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.18 Os gestores e os fiscais observarão também as demais atribuições estabelecidas nos regulamentos do Tribunal para a gestão e fiscalização dos contratos;



6.19 Indicação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, mesmo que indicada em formulário próprio (indicar apenas as exigidas):

I - Gestor (titular e substituto): Chefe da Seção de Almoxarifado, ou quem a substitua. Substituto, Coordenador(a) da Coordenadoria de Material e Patrimônio, ou quem a substitua.

II - Fiscal técnico (titular e substituto): Seção de Suporte Especializado, ou quem a substitua. Substituto, Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas, ou quem a substitua.

II - Fiscal setorial (titular e substituto): NÃO SE APLICA.

IV - Fiscal administrativo (titular e substituto): Chefe da Seção de Almoxarifado, ou quem a substitua. Substituto, Coordenador(a) da Coordenadoria de Material e Patrimônio, ou quem a substitua.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Recebimento do Objeto:

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 Liquidação:

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;



IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de pagamento:

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento definitivo e liquidação da despesa.

7.3.2 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.3.2.1 a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

7.4 Forma de pagamento:

7.4.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.



7.4.2 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.4.3 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.4.4 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.4.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5 Antecipação de pagamento:

NÃO SE APLICA.

Cessão de crédito

NÃO SE APLICA.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de:

Pregão:

☒ Eletrônico;

☐ Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo

Critério de julgamento:

☒ Menor preço;

☐ Maior desconto.

8.2 Há anexos da proposta?

☐ Não

☒ Sim, relacionar todos e apontar o item do TR que contém a exigência: Anexo I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA ([1490225](#)).

8.4 Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

☒ aberto;

☐ aberto e fechado;

☐ fechado e aberto,

com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022).

8.5 Divulgação do preço estimado:

☐ Sim.



(X) Não. **Justificativa** exigida pelo art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021: O caráter sigiloso do orçamento, atende aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o preço de reserva da Administração influencie um alinhamento das propostas apresentadas. Desta forma o orçamento estimado dos itens é público, mas ele se mantém acessível apenas para os serviços administrativos (internamente), sendo disponibilizado para os cidadãos que o requeiram (externamente) e tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas no Termo de Referência.

REGRAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS COMPETIDORES:

8.5 Poderão participar desta contratação:

8.5.1 Pessoas Jurídicas:

() Não, justificar: _____.

(X) Sim; a participação será permitida, desde que observadas integralmente as regras estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5.1.1 Microempresas e empresas de pequeno - ME/EPPs (art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021):

(X) **Sim**, Considerando que os valores estimados dos itens não excedem o teto legal, o certame deverá garantir a exclusividade na participação de ME/EPP na forma do art. 48º, I, da LC 123/2006.

() **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **com** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com a LC nº 123, de 2006 e o Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015: _____.

() **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **sem** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com o § 1º do art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021 porque: _____.

() **Não será permitida**, as ME/EPPs **não** poderão participar do certame porque: _____.

8.5.2 Pessoas físicas:

(X) Não, justificar: devido à complexidade, à quantidade e aos valores envolvidos, bem como à exigência de comprovação de inscrição no CNPJ para cumprimento das obrigações fiscais e contratuais, conforme art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Tal medida visa garantir a segurança jurídica e o pleno atendimento das obrigações contratuais.

() Sim, de acordo com as regras deste TR e do edital.

8.5.3 Cooperativas:

() Não, justificar: _____.

(x) Sim, de acordo com as regras do edital.

8.5.4 Empresas reunidas em consórcio:

() Não, justificar: _____.

(x) Sim, de acordo com as regras do edital.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

8.6.8.6 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.6.1 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.6.1.1 Regularidade fiscal e trabalhista: Apresentação de certidões e comprovantes de quitação junto à Fazenda Federal, Estadual INSS e FGTS.

8.6.1.2 Capacidade jurídica: Apresentação de documento que comprove a constituição legal da empresa ou entidade, incluindo contrato social, estatuto ou registro equivalente, conforme aplicável.

8.6.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos definidos no edital, inclusive quanto à eventual participação de cooperativas.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ _____ (_____) conforme os custos unitários detalhados e inseridos na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação, evento [1486935](#).

Item	Material	Unidade Medida	de	Quantidade Total	Valor médio	Valor total
1	Alicate de crimpar profissional para RJ45/RJ11/RJ12	Unitário		20		
2	Alicate de crimpagem EZ para cabos CAT7, tipo vazado	Unitário		20		
3	Alicate decapador de cabo UTP RJ45	Unitário		10		
4	Adaptador DisplayPort macho para HDMI fêmea	Unitário		100		
5	Adaptador DVI macho para HDMI fêmea	Unitário		100		
6	Adaptador DisplayPort macho para DVI fêmea	Unitário		50		
7	Adaptador DisplayPort macho para VGA fêmea	Unitário		50		
8	Adaptador conversor USB 3.0 para VGA	Unitário		30		
9	Adaptador de rede USB Tipo-C para RJ45	Unitário		50		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

	Ethernet				
10	Adaptador de rede USB para RJ45 Ethernet	Unitário	50		
11	Adaptador para SSD M.2 SATA	Unitário	20		
12	Cabo de rede CAT6 (caixa com 305 metros)	Unidade com 305 metros	15		
13	Cabo HDMI 2.1 Ultra High Speed – 2 m	unidade com 2 metros	100		
14	Cabo HDMI 2.0 4K HDR – 10 m	Unidade com 10 metros	20		
15	Cabo HDMI 2.0 4K Ultra HD – 15 m	Unidade com 15 metros	20		
16	Cabo extensor USB – 1,5 a 3 m	Unitário	100		
17	Conector de rede RJ45 para cabo CAT6	Unitário	500		
18	Keystone jack CAT6	Unitário	50		
19	Mouse óptico USB	Unitário	150		
20	Mouse ergonômico vertical	Unitário	100		
21	Mousepad tipo gamer	Unitário	200		
22	Teclado sem fio padrão corporativo ABNT2	Unitário	150		
23	Teclado ergonômico	Unitário	200		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

24	Teclado ergonômico com apoio de pulso	Unitário	80		
25	Webcam Full HD 1080p	Unitário	170		
26	Headset estéreo com microfone	Unitário	250		
27	Fone de ouvido tipo headphone	Unitário	150		
28	Fone de ouvido descartável	Unitário	5000		
29	HD externo portátil	Unitário	100		
30	Pen drive USB 32 GB	Unitário	150		
31	Módulo de memória RAM DDR5	Unitário	50		
32	Hub USB 3.0 – 4 portas – 5 Gbps	Unitário	200		
		TOTAL		R\$	

9.3 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.4 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

Critérios de reajuste dos preços:

9.5 Os preços contratados poderão ser reajustados, após o transcurso de 01 (um ano), com data-base vinculada à data do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, pelo seguinte índice/critério obrigatoriamente informado: IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE).

9.5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

9.5.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

9.5.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.5.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.5.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Tratando-se de formação de Registro de Preços, dispensa-se a indicação de dotação orçamentária nesta fase do procedimento. Para fins de planejamento e compatibilização orçamentária, informa-se que a eventual execução da despesa, se e quando ocorrer, será suportada por dotações consignadas nos orçamentos do exercício correspondente, especialmente no Ordinário e no Pleito Eleitoral 2026, conforme a natureza da demanda e a efetiva necessidade do Tribunal. A estimativa está alinhada à Programação Orçamentária do Ordinário e das Eleições, conforme Informação nº 79 COMAP-SEALM – Programação Ordinário e Eleições ([1347681](#)), constante do Processo SEI nº 0000002-34.2025.6.22.8000 (PLOA 2026).

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			exercício corrente (R\$)	próximo(s) exercício(s) ¹ (R\$)
Ordinário 2026	Aquisição de material de consumo	TIC MATCOM		
Pleito Eleitoral 2026	Aquisição materiais de consumo diversos.	FUN MATCOM		
Total por exercício financeiro				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:				

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste TR, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.4 Multa:

I - Moratória de 0,5.% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias;

II - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

III - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 25% do valor do Contrato.

IV - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.

V - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,7% a 25% do valor do Contrato.

VI - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4 Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11.12 O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas neste capítulo observarão as normas gerais da Lei nº 14.133, de 2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

12. a) Anexo I - FORMULÁRIO DE PROPOSTA ([1490225](#));

a) Anexo II - Imagens referências dos produtos ([1379323](#)).

SEÇÃO DE ALMOXARIFADO
TRE-RO

Josivane Adelino Ferreira
responsável

0000510-77.2025.6.22.8000

1518691v9



ANEXO V
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº ____/2026
PROCESSO Nº _____ - SEI
PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026

A UNIÃO, através do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora-Geral, a Sra. _____, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. ____/SSP-____ e CPF nº. ____, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE, nos termos da Lei 14.133/21 e do Decreto 11.462/2023, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, registrar o preço dos produtos/serviços abaixo discriminados, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da Licitante _____, inscrita no CNPJ sob o nº. ____, com sede Av. ____, nº. ____, bairro ____, CEP: ____, Município de ____, Estado de ____, Telefone(s): (__) ____ e E-mail(s): _____, neste ato representada pelo ____, brasileiro, portador do RG nº. ____/SSP-____, e CPF nº. ____, doravante denominada simplesmente COMPROMISSÁRIA.

1.0. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de _____, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Ficam registrados os preços dos seguintes itens:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

1.3. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

1.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2.0. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (TRE-RO).

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram deste registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão solicitar ao órgão gerenciador.

2.2.1. A solicitação deve ser operacionalizada diretamente no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), no módulo específico de gestão de Atas de Registro de Preços.



2.2.2. O sistema encaminhará um e-mail à unidade competente do TRE-RO, que tramitará a solicitação, submeterá à autoridade competente e registrará no sistema a resposta à solicitação.

2.3. Caberá ao fornecedor signatário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4. As aquisições ou as contratações decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para órgão gerenciador e para órgão participantes.

2.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.7. Compete a órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no item anterior deste edital, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

2.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.9. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

3. VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

3.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.3. Quando da prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o quantitativo inicialmente registrado poderá ser renovado, mediante prévia justificativa e comprovação da vantajosidade.

4. DO CONTRATO

4.1. O contrato será substituído por nota de empenho, nos termos do art. 95, II, da Lei 14.133/2021, observados os procedimentos previstos no edital e seus anexos.

4.2. Na formalização do contrato será indicada a disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5. DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. A formação de cadastro de reserva tem por objetivo a convocação para contratação no caso de eventual impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.2. Será incluído no cadastro de reserva o registro dos licitantes que:



- a) aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
- b) mantiverem sua proposta original.

5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.5. A análise das propostas e a verificação da habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) na hipótese de reajuste prevista no Termo de Referência, anexo I do edital.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



7.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.0. DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos, aplicando-se também aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do compromissário, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

Local e data
Assinaturas



**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO RESERVA**

Licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, seguindo a ordem de classificação:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

Licitantes que mantiveram sua proposta original, seguindo a ordem de classificação:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total